

Conhecer o que foi feito para melhor prosseguir



*(...) Se muito vale o já feito
Mais vale o que será*

*E o que foi feito é preciso conhecer
Para melhor prosseguir*

*(...) Outros outubros virão
Outras manhãs plenas de sol e de luz*

O que foi feito deverá

(Milton Nascimento/Fernando Brant/Márcio Borges)



Caderno de Formação

Módulo 1

Conhecer
o que foi feito
para melhor
prosseguir





Ricardo Berzoini Presidente
Comissão Executiva Nacional
(Gestão 2008 a 2010)

Aloizio Mercadante, Arlete Sampaio, Cândido Vacarezza, Cida Abreu, Fátima Cleide, Gleber Naime, Humberto Costa, João Felício, Joaquim Soriano, Jorge Coelho, José E. Cardozo, José Mentor, Júlio Barbosa, Laisy Molière, Marco Aurélio Garcia, Maria do Carmo Lara, Maria I. Tamboril, Marinete Merss, Morgana Eneile, Paulo Ferreira, Paulo Frateschi, Renato Simões, Romênio Pereira, Severine Macedo, Sheila Oliveira, Valter Pomar.

Diretório Nacional do PT

Rua Silveira Martins, 132 - 01019-000 – São Paulo/SP – Brasil
Fone: (11) 3243-1313 – Fax: (11) 3243-1300
E-mail: formacao@pt.org.br
Na internet: www.pt.org.br



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do PT em maio de 1996.

Diretoria

Nilmário Miranda Presidente
Elói Pietá Vice-presidente
Flávio Jorge Rodrigues da Silva Diretor
Iole Ilíada Lopes Diretora
Paulo Fiorilo Diretor
Selma Rocha Diretora

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091 – São Paulo/SP – Brasil
Fone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338
E-mail: fpabramo@fpabramo.org.br
Na internet: www.fpabramo.org.br

SEDE NACIONAL DO PT

Brasília:

Setor Comercial Sul - Quadra 2 - Bloco C - Edifício Toufic - 1º andar
CEP 70302-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3213-1313

Ouvidoria:

ouvidoria@pt.org - Telefone: (11) 3243-1413

Presidência:

presidencia@pt.org.br - Telefones: (61) 3213-1313 e (11) 3243-1333

Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais:

snai@pt.org.br - Telefone: (61) 3213-1421

Secretaria de Combate ao Racismo:

combateracismo@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1317

Secretaria de Comunicação:

snc@pt.org.br - Telefone: (61) 3213-1309 e (61) 3213-1358

Secretaria Nacional de Cultura:

cultura@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1371

Secretaria de Finanças e Planejamento:

financ@pt.org.br - Telefones: (61) 3213-1313 e (11) 3243-1344

Secretaria de Formação Política:

formacao@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1366

Assessoria Jurídica:

juridico@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1327

Secretaria Nacional de Juventude:

juventude@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1392

Secretaria de Meio Ambiente:

smad@pt.org.br - Telefone: (61) 3213-1376

Secretaria de Mobilização:

mobiliza@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1378

Secretaria de Movimentos Populares:

snmp@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1397

Secretaria de Mulheres:

mulheres@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1375

Secretaria de Organização:

sorg@pt.org.br - Telefones: (61) 3213-1307 e (11) 3243-1355

Secretaria de Relações Internacionais:

sri@pt.org.br - Telefones: (11) 3243-1377 e (61) 3213-1373

Secretaria Geral:

sgn@pt.org.br - Telefones: (61) 3213-1313 e (11) 3243-1365

Secretaria Sindical:

sindical@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1368

Carteiras (Filiação):

filiados@pt.org.br - Telefone: (11) 3243-1361

Apresentação

O que estamos produzindo hoje, investindo em políticas públicas para inverter prioridades e avançar na democratização do país, é resultado de uma história que, como disse o poeta Pedro Terra, “nasceu num campo de futebol”. É esforço coletivo, de traduzir as experiências da vivência e ação política de cada militante, nos movimentos sociais e sindical, nas escolas, nos bairros, nos locais de trabalho, nas comunidades, em projetos e políticas públicas para a nossa atuação no parlamento, nos governos municipais, estaduais e federal.

Nosso objetivo com este primeiro módulo do Caderno de Formação – *Conhecer o que foi feito para melhor prosseguir* - é destacar a nossa história, organização e funcionamento, revisitando as resoluções de encontros e congressos, para que cada um (a) de nossos (as) filiados (as) e militantes saiba que o projeto nacional do PT tem rumo e linhas mestras, construídas coletivamente e absolutamente comprometidas com a superação das desigualdades sociais e com a construção da democracia social, política e cultural.

A Secretaria de Formação Política do Diretório Nacional e a Fundação Perseu Abramo orgulham-se de contribuir, por meio da publicação dos três módulos do Caderno de Formação, para o resgate da diversidade petista, da história de construção do partido que, em quase três décadas, envolve os esforços de milhares de militantes anônimos (as), e auxiliar na formação política daqueles (as) que estão se somando para fortalecer a história do PT e aperfeiçoar a sua vocação transformadora.

RICARDO BERZOINI

Presidente Nacional
do Diretório Nacional do PT

JOAQUIM SORIANO

Secretário de Formação Política
do Diretório Nacional do PT

NILMÁRIO MIRANDA

Presidente da Fundação
Perseu Abramo

SELMA ROCHA

Diretora responsável
do Núcleo de Formação da
Fundação Perseu Abramo

CONHECER O QUE FOI FEITO PARA MELHOR PROSSEGUIR

Publicação da Secretaria de
Formação Política do Diretório
Nacional do PT e da Fundação
Perseu Abramo

Organizadores

Núcleo de Formação da Fundação
Perseu Abramo:
Regina Queiroz, Natalina Ribeiro,
Jupira Cauhy, José Cavalli,
Antonio Carlos Granado

Presidente da Fundação Perseu Abramo

Nilmário Miranda

Coordenação editorial

Selma Rocha, Joaquim Soriano,
Jaime Cabral Filho, Cecília
Figueiredo

Produção de textos

Cecília Figueiredo, Edmo Cunha
Pereira, Natalina Ribeiro

Revisão

Cecília Figueiredo e Fernanda Estima

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Ilustração

Vicente Mendonça

Colaboração

Dainis Karepovs
Equipe da Secretaria de Formação
Política do Diretório Nacional do PT:
Jaime Cabral Filho, Olga Fontans Fontan

Tiragem

xxxxxxxxx

Impressão

????????

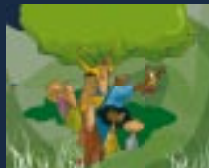
São Paulo, julho de 2009



O surgimento
do PT
8



O socialismo
petista
24



O Brasil
que queremos
34



Estrutura e
funcionamento
50

O surgimento do PT



O Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), nasceu no contexto de intensas mobilizações sociais que marcaram a história política, econômica e social brasileira a partir da segunda metade da década de 1970. O PT é fruto da combinação entre a ideia e, principalmente, prática de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, religiosos, militantes de esquerda, intelectuais, artistas que almejavam um instrumento de representação para promover profundas alterações nos destinos de suas histórias e da sociedade brasileira. Milhares de pessoas que lutavam por melhores condições de vida, salário, trabalho, educação, moradia, transportes, saneamento, saúde, a criação, ampliação e garantia dos direitos civis, pelas liberdades democráticas, contra as ditaduras, desigualdades e opressões de toda a ordem.

O Brasil encontrava-se mergulhado em uma ditadura desde 1964, quando os militares e os setores conservadores, apoiados pelos EUA, deram um golpe e derrubaram o governo João Goulart, que expressava um momento de conquistas populares e de lutas pelas "reformas de base" (agrária, urbana, trabalhista, entre outras). Os militares no poder

combateram severamente os movimentos sociais e organizações clandestinas de esquerda, intervindo nos sindicatos, cassando mandatos, direitos políticos e civis, prendendo, torturando e assassinando.

Nesse período, partidos políticos foram extintos e deram lugar a duas agremiações: Arena, Aliança Renovadora Nacional, como expressão oficial da ditadura militar; e MDB, Movimento Democrático Brasileiro, como oposição consentida. Eleições ocorriam conforme a vontade dos "donos do poder", assim como o fechamento do Congresso Nacional e a cassação de políticos que contestassem a ordem estabelecida. O arrocho salarial dava sustentação ao chamado "milagre econômico". Boa parte dos sindicatos encontrava-se atrelada à ditadura e os poucos que seguiam organizando a luta reivindicatória amargavam constantes intervenções. Greves já não ocorriam desde 1968. As últimas das quais se têm informações, foram registradas em **Contagem (MG)** e **Osasco (SP)** e terminaram com muitas prisões.

Apesar das adversidades, após uma década de lutas sociais de resistência, o regime começou a dar sinais de enfraquecimento. O chamado "milagre econômico", que entre 1969 e 1973 fez

Contagem (MG)

Em 16 de abril de 1968 eclodiu a primeira grande greve durante a ditadura militar no Brasil. Iniciada na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, a greve se expandiu a outras indústrias de Contagem, como Mannesmann, SBE, Belgo de João Monlevade e Acesita. Cerca de 16 mil operários aderiram à greve que exigia 25% de reajuste salarial, entre outras reivindicações. A greve foi encerrada cerca de dez dias depois, com a oferta de 10% de reajuste salarial feita pelo então ministro do Trabalho Jarbas Passarinho. Aceita de imediato pelo sindicato, a proposta foi aceita pelos operários após a intervenção policial-militar na cidade e ameaças de "guerra" do governo. Em junho, o abono foi estendido a todos os trabalhadores do país.

Osasco (SP)

Em resposta aos miseráveis 10% de "abono" e inspirados pelo exemplo de Contagem, Osasco amanheceu em 16 de julho com a fábrica metalúrgica Lona-Flex parada e ocupada pelos seus trabalhadores. A paralisação logo atingiu a Cobrasma, Barreto Keller e Braseixos. O presidente dos metalúrgicos e também presidente da Comissão da Cobrasma, José Ibrahim, foi uma das principais lideranças desse movimento que, no dia 17, levou à paralisação da cidade. A ditadura enviou tropas da repressão, que depredaram os sindicatos dos metalúrgicos, dos químicos e dos têxteis; prenderam e levaram para o Dops mais de 800 operários e invadiram fábricas e bairros da região. A diretoria do sindicato foi cassada e alguns dirigentes tiveram de recorrer ao exílio ou à clandestinidade.

AI-5

O Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, acentuou o caráter autoritário do governo militar instalado em 1964 no Brasil. O Congresso Nacional e as assembleias legislativas estaduais foram colocados em recesso, e o presidente, à época o general Costa e Silva, passou a ter plenos poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos e civis, demitir ou aposentar funcionários públicos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, dentre outros desmandos. Paralelamente, nos porões do regime, generalizava-se o uso da tortura e do assassinato.

com que o PIB brasileiro crescesse a uma taxa anual de quase 12%, enquanto a inflação beirava os 18%, teve um custo altíssimo. Os empréstimos estrangeiros geraram uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil. A exploração foi tão grande que o povo não suportou e começou a protestar. Paralelamente ao movimento contra a ditadura militar, moradores/as organizavam-se em associações, reivindicando infraestrutura para os bairros; donas de casa exigiam creches, saúde universal e o fim da carestia; camponesas organizavam-se pela conquista de direitos e de condições de

trabalho. As mulheres começavam a discutir a condição feminina.

Nas eleições de 1974, ocorrem as primeiras vitórias eleitorais da oposição. O MDB conquistou 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e ganhou a prefeitura da maioria das grandes cidades. Em 1978, são os operários e as operárias que, depois de muitos anos de opressão, retomam as greves, por não suportarem mais o arrocho salarial e o custo de vida.

Essas lutas populares obtiveram algumas vitórias: o fim do **AI-5**, o fim da censura prévia à imprensa, a anistia e o fim do bipartidarismo. Eram, porém, vitórias parciais. A classe trabalhadora queria democracia, o direito de votar em eleições



diretas e um partido que representasse, de fato, os/as trabalhadores/as. Começava a se consolidar a necessidade de um instrumento mais poderoso do que o sindicato, de uma ação mais profunda que as assembleias e as greves por aumento de salários; que unificasse todas as bandeiras: desse vez e voz aos/ às trabalhadores/as para intervir nas decisões políticas do Brasil. Dessa consciência surgiu a ideia de construir um *partido de trabalhadores*, ainda que outros setores de esquerda tivessem optado por preservar suas próprias organizações.

O PT surgiu como elemento inovador na cultura política do país. Abriu as portas para setores sociais, antes alijados de interlocução na sociedade. Surgiu

como espaço concreto para a juventude, para trabalhadores/as do campo e da cidade sindicalizados/as ou não, intelectuais, negros/as, índios/as, se organizarem e participarem da vida política do país. O PT possibilitou eleger uma mulher negra ao Senado, uma nordestina ao governo da maior capital do Brasil, uma agricultora, um sindicalista e muitos outros trabalhadores/as ao parlamento.

Superar limites, construir o novo

Desde o início, o PT se organizou como um partido socialista de massas, através de núcleos e diretórios zonais, municipais,

estaduais e nacional. Este compromisso radical com a democracia e de organização pela base nos fez transformar o extraordinário em comum, nos impulsionou a lutar pela superação do capitalismo e defender o socialismo como possibilidade de realização de justiça social e de democracia plena. A Carta de Princípios, documento pré-PT, de 1º de maio de 1979, já evidenciava isso. O PT defende que a democracia plena deve ser exercida diretamente pelas massas, "porque não há socialismo sem democracia, nem democracia sem socialismo".

Em 13 de outubro de 1979, durante reunião com 130 representantes de seis estados do país, foi lançado oficialmente o **Movimento Pró-PT**. Na ocasião, também foi aprovada a **Declaração Política**, expressando uma plataforma identificada com os anseios dos movimentos populares, e apresentada uma nota contrária à reforma partidária imposta pelo regime.

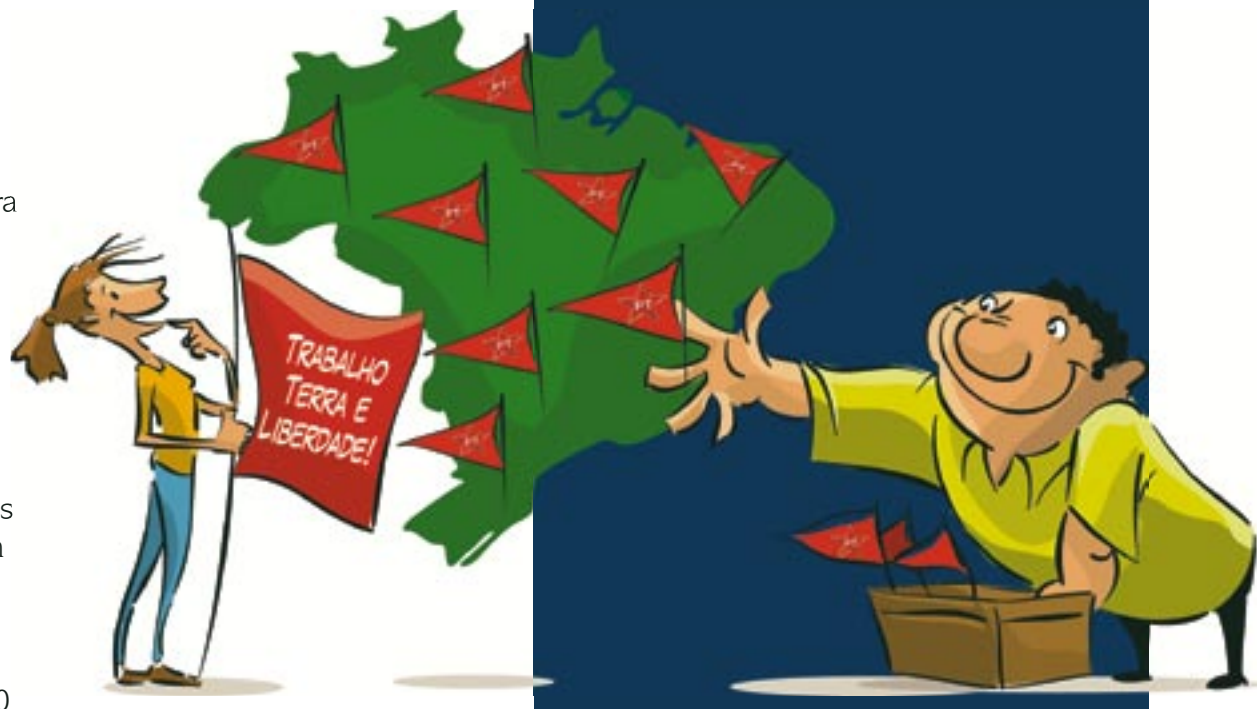
A legislação dos partidos aprovada no Congresso Nacional, em novembro de 1979, fortalecia a organização partidária tradicional na história do Brasil – de cima para baixo –, apresentando uma série de entraves que dificultavam a legalização do PT. Uma nova etapa exigiu a mobilização massiva e redobrada da militância.



Como partido independente, o PT se contrapôs à Lei Orgânica dos Partidos desencadeando uma gigantesca mobilização popular por todo o Brasil para conquistar a legalização e o fim da ditadura militar. Em todos os cantos do país ocorriam campanhas de filiação. À medida que essa luta crescia, tornava-se mais nítida uma organização interna própria do instrumento político de novo tipo. "Queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases", reforçava o Manifesto de fundação, aprovado em 10 de fevereiro de 1980, numa reunião no Colégio Sion (SP), onde participaram 1200 representantes de 18 Estados.

No início de 1981, o Supremo Tribunal Eleitoral reconheceu o registro provisório do PT, marcando uma primeira grande vitória dos/as trabalhadores/as contra a ditadura. Em junho de 1981, o PT realizou seu 1º Encontro Nacional: 314 delegados/as de todos os estados, representando 26.134 filiados/as, elegeram a Comissão Nacional Provisória e votaram o Programa do PT.

Em seu Programa, o PT assume uma posição firme contra o capitalismo que destrói o mundo, promovendo guerras, poluição, violência e desigualdades. Também reafirma a opção pela estratégia



socialista para conquistar uma sociedade sem exploradores, conceito que já havia expressado na Carta de Princípios. No entanto, o PT defende um socialismo sem dogmas, recusava-se à adaptação a ideias pré-estabelecidas, por acreditar que a mudança na estrutura da sociedade só se viabilizaria a partir de um profundo conhecimento da realidade do país e estreito vínculo com os movimentos sociais. "Qual socialismo? Estamos obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo adotado neste ou

naquele país?", questiona Lula, durante seu discurso na 1ª Convenção do PT.

O programa também destacou a necessidade de construir uma Central Única dos Trabalhadores independente do Estado, disposta a lutar pelas reivindicações dos/as trabalhadores/as e do povo brasileiro. Em 27 de setembro de 1981, a 1ª Convenção Nacional referenda o Diretório Nacional - presidido por Luiz Inácio Lula da Silva -, o Manifesto, o Programa e o Estatuto do Partido dos Trabalhadores.

Para organizar essa energia criativa foi preciso criar estruturas que garantissem a

participação de toda a militância. Neste 1º Encontro, cinco resoluções sobre o Regimento Interno foram aprovadas regulamentando a criação de Núcleos de Base, diretórios zonais, estaduais e nacional, além de encontros e congressos, que determinam as diretrizes do partido para toda a militância.

Construção da democracia

A plataforma nacional apresentada pelo PT em suas primeiras eleições, em 1982, sintetizada no lema *Trabalho, Terra e Liberdade*, questionava a herança de dependência externa, o conservadorismo político e a concentração de renda e riqueza. O PT obteve 1,46 milhão de votos, conquistou as primeiras prefeituras, em Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA) e elegeu 21 mandatos parlamentares (oito federais e 13 estaduais). Os mandatos para os executivos municipais, iniciados em 1982, foram prorrogados por mais dois anos, estendendo-se até 1988.

A partir dessas experiências, o PT iniciou um processo de mudança na relação com a máquina pública, imprimindo alterações na política brasileira. Fosse no Executivo ou no Legislativo, o PT mostrou desde o começo

a possibilidade de governar e de legislar, com eficiência, sem perder o jeito crítico e profundamente democrático.

No entanto, era preciso ainda vencer os entulhos autoritários. Conquistar a democracia representativa, com eleições diretas, e criar espaços de participação popular. Concomitantemente à primeira greve geral no Brasil depois de quase vinte anos (pós-64), o Partido dos Trabalhadores encabeçou, em 1983, a campanha por eleições diretas para a Presidência da República. A campanha pelas *Diretas Já!* ganhou as ruas em 1984, com uma forte mobilização popular. O Congresso Nacional rejeitou a emenda da oposição, que criava eleições diretas para Presidente, mas o Brasil já não era o mesmo.

Duas importantes organizações surgiram para intensificar a luta pela redemocratização do país na década de 1980. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasceu em 28 de agosto de 1983, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em São Bernardo do Campo. No ano seguinte, em 1984, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante congresso realizado em Curitiba, no Paraná.

A ação no parlamento, no executivo e nos movimentos sociais fez com que no 3º Encontro, em 1984, o PT reafirmasse o

Colégio Eleitoral

Instituição do regime militar formada por deputados, senadores e por delegados estaduais, escolhidos pelo partido majoritário nas assembleias legislativas estaduais, que indicava o candidato a presidente da República.

Núcleo como organismo de participação e decisão da base partidária, mas definiu outras formas de funcionamento: os setoriais. Trabalhadores do campo e da cidade, mulheres, negros, juventude apresentavam seus debates específicos. Porém, somente no II Congresso, em 1999, o partido regulamentou o funcionamento das instâncias.

A mais forte voz da oposição

Mesmo com um número muito pequeno de deputados no Congresso, o PT recusou-se a participar do ilegítimo **Colégio Eleitoral** que elegeu Tancredo Neves – morto em 21 de abril de 1985 antes de assumir – e seu vice José Sarney, último presidente indireto do país. Os deputados que descumpriram a decisão, aprovada pela imensa maioria da base, foram expulsos do partido.

Nas eleições de 1985 – para as capitais e áreas de segurança nacional com mandatos de três anos – o PT

Assembleia Nacional Constituinte

Congresso eleito em 1986, formado por deputados federais e senadores, para elaborar a redação da Constituição do Brasil (Carta Magna). Aprovada em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil em vigência atualmente, já recebeu 56 emendas.

conquistou mais prefeituras. Em Goiânia, o partido, que tinha como candidato Darci Acorssi, foi impedido de assumir por uma escandalosa fraude. Mas, em Fortaleza, uma petista foi eleita prefeita. No ano seguinte, o PT elegeu 39 parlamentares às assembleias estaduais e uma bancada de dezesseis deputados e deputadas à **Assembleia Nacional Constituinte**, que exerceu papel destacado na ampliação dos limites da nova Constituição, promulgada em 1988.

O partido se consolidou nesse período como a voz mais forte da oposição ao governo Sarney. Se a luta para ampliar os limites da democracia na sociedade era prioritária para o PT, na estrutura interna a questão não fora diferente. No 5º Encontro Nacional (1987), o partido aprovou a resolução sobre "Governo Democrático e Popular", "Tendências" e a representação proporcional nas Executivas. A regulamentação do direito da militância se agrupar em tendências,

para defender posições dentro do partido, significou mais uma inovação e a ruptura com a ideia de um partido monolítico, de pensamento único. Também foi nesse encontro que o PT estabeleceu a política de acúmulo de forças, através da ação partidária, da relação com os movimentos sociais, da conquista de espaços institucionais, de alianças e da formação de uma cultura socialista de massas.

No final da chamada Nova República, em 1988, o partido obteve um crescimento espetacular, conquistando 33 prefeituras, três das quais de importantes cidades brasileiras – São Paulo, Porto Alegre e Vitória –, e elegendo cerca de mil vereadores e vereadoras em todo o país. No ano seguinte, o PT consolidou-se como o principal partido de esquerda no país.

Quase lá

Foi assim que chegamos ao 6º Encontro Nacional, onde foram aprovadas as bases para o Programa Democrático e Popular, uma das primeiras sínteses partidárias sobre o Brasil que queremos e com o qual a militância realizou a inesquecível campanha "Lula Presidente". O Programa Alternativo de Governo (PAG) reunia propostas para a democratização do Estado e a instituição de um novo

modelo de desenvolvimento econômico. Propunha políticas contra a discriminação e defesa da igualdade de gênero e raça. Pregava uma nova política de transporte, habitação, saúde, educação e cultura. Defendia políticas ambientais e energéticas, além de uma política externa soberana.

Ao disputar a Presidência da República, na primeira eleição direta depois de 1964, com o candidato Lula, o PT se consagrou num processo democratizante, empurrado adiante por um movimento de massas sem precedentes. Foi uma disputa que despertou grandes energias da sociedade, pois as elites estavam divididas em várias candidaturas, bem como o campo progressista. Por pequena margem, a candidatura de Lula superou a votação de Leonel Brizola (PDT).

No segundo turno, a candidatura do PT conseguiu polarizar todo o campo democrático, popular e socialista, despertando um grau inédito de mobilização da juventude, da intelectualidade, de artistas, dos movimentos sociais, dos/as trabalhadores/as. Foi uma das campanhas mais empolgantes e massivas da história do Brasil.

Com um discurso messiânico, sofisticada propaganda na TV, que

contou com forte apoio da Rede Globo e do conjunto das classes dominantes, e se utilizando de várias manobras e baixarias, Collor venceu o segundo turno por 5% dos votos. Foi o início do período neoliberal.

Lula não foi eleito, mas o PT conquistou o respeito e a confiança de milhões de brasileiros/as, tornando-se referência de Partido, um instrumento de transformação da sociedade, mostrando que o sonho é possível.

O PT e o mundo

Sem medo de ser feliz, o PT segue adiante, porque ainda há muito por construir. No 7º Encontro Nacional (1990), ocorrido sob o duplo impacto, da introdução do neoliberalismo no Brasil pelo governo Collor e a crise do socialismo, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de seus aliados no Leste Europeu, o PT aprovou o Socialismo Petista, apontando para o futuro, mantendo sua identidade e posicionamento críticos ao socialismo burocrático. O Partido dos Trabalhadores passou a ser visto como referência

mundial na busca de novos parâmetros para a construção de um socialismo democrático. E passou a disputar na sociedade um projeto alternativo ao neoliberalismo.

Fruto dessa análise, o PT participou ativamente da construção do Foro de São Paulo, iniciativa que congrega movimentos e partidos de esquerda da América Latina e Caribe. Países que até então mantinham relações superficiais, hoje discutem e pensam ações conjuntas contra os efeitos do neoliberalismo. Como herdeiro da tradição da esquerda, o PT tem consciência de que a luta dos/as trabalhadores/as tem dimensão internacional, guardadas as especificidades regionais que caracterizam cada país ou localidade. Portanto, que sem o reconhecimento e a solidariedade de outros povos fica inviável consolidar as vitórias conquistadas.

O panorama de crise também impôs à tática das eleições estaduais de 1990 que o PT não apenas se consolidasse como partido socialista, democrático e de massas, mas preparado para a construção de uma alternativa democrática e popular para o Brasil, com o fortalecimento dos movimentos sociais, derrota do governo Collor e seus aliados e eleição de uma forte bancada de parlamentares para a Câmara e o Senado Federal.



Orçamento Participativo

Mecanismo de democracia participativa para a elaboração do orçamento público com participação da população, criado no Brasil por governos municipais do PT, a partir do final da década de 80. Neste modelo, o orçamento é debatido e a destinação de uma parte dos recursos é definida pela população. Hoje, o modelo é adotado por várias prefeituras no Brasil, inclusive de outros partidos, e em diversos países da América Latina, Europa e África.



As campanhas eleitorais do PT se transformam em grandes mobilizações em torno de propostas para as cidades, estados e país. A discussão do programa do PT, que inclui a mobilização e apresentação de propostas dos mais variados setores sociais, constituiriam alternativas para o Brasil.

Modo petista de governar e de legislar

Também à medida que assumia prefeituras, o PT iniciava uma inversão de prioridades e o investimento em canais de participação popular, seja na criação de conselhos de direitos, do **Orçamento Participativo**, secretarias especiais, ações afirmativas e políticas públicas que têm garantido a consulta, o controle social e a

radicalização da democracia. Nos parlamentos, a marca petista se expressou em projetos de lei destinados a criar instrumentos para moralizar a administração pública, melhorar as condições de vida da maioria e permitir a transparência e democratização dos órgãos legislativos para a participação da sociedade (tribuna livre, lei de iniciativa popular, audiências públicas etc).

Bases do neoliberalismo

Paralelamente a esse princípio de democratização do Estado, que começava a surgir nas cidades do país e nos legislativos municipais, estaduais e federais, o mandato de Fernando Collor instalou as bases, em curto período, para iniciar a execução de uma política de

desmonte do Estado, cujo principal objetivo foi a subordinação da sociedade às leis do mercado – o **neoliberalismo**. O modelo, que

Neoliberalismo

Doutrina econômica que representou uma reação teórica e política contra qualquer limitação aos mecanismos de mercado. Surgiu após a II Guerra Mundial e defendia, para ampliação dos padrões de acumulação capitalista e crescimento, a restrição ao mínimo possível do papel e das ações do Estado em relação à economia, bem como a redução dos direitos sociais dos trabalhadores e a remuneração do trabalho. O Estado deveria contribuir para minar o poder dos sindicatos e organizações dos trabalhadores. No Brasil, as políticas neoliberais tiveram início com o governo Collor e se intensificaram com o governo Fernando Henrique Cardoso. O declínio atual dessas políticas se deve à crise mundial nascida nos chamados países desenvolvidos.

Consenso de Washington

Conjunto de dez medidas econômicas, tais como a privatização das estatais e a desregulamentação das leis trabalhistas, formuladas por instituições financeiras (FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos). Estas medidas, que representam a “cartilha” do neoliberalismo, se tornaram a política oficial do FMI em 1990, sendo “recomendadas” como “salvação” para todos os países ex-comunistas e em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

buscava a reorganização do capitalismo, foi responsável pela tentativa de retirar direitos trabalhistas, realizar privatizações de empresas estratégicas nacionais e subordinar o Brasil às regras do FMI e do **“Consenso de Washington”**.

Não era possível esperar o término desse desastre. O PT e os movimentos populares construíram então uma aliança contra essas ameaças. Nas eleições de 1990 duplicou sua representação no Congresso Nacional, o que possibilitou uma atuação firme no legislativo para encabeçar o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e apurar o chamado “esquema PC-Collor”, que incluía um mar de escândalos de corrupção. Fomentou na sociedade o “Movimento pela Ética na Política” e uma campanha popular, protagonizada pela juventude,

que ganhou as ruas do país exigindo o **“Fora Collor”**. O Brasil assistiu à votação do relatório final da CPI: aprovado por 16 votos a 5, em 29 de setembro de 1992. Para escapar da condenação, Collor renunciou ao mandato em 29 de dezembro, quando a Presidência da República foi assumida pelo seu vice, Itamar Franco.

Encontro dos dois Brasis

No I Congresso, em 1991, o PT já havia também realizado uma profunda análise da sociedade brasileira e indicado as linhas para uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, apoiadas num novo processo de democratização do poder e da riqueza. Era preciso enfrentar as consequências da nova configuração do capitalismo mundial, responsável pela concentração do poder, conhecimento e riqueza dos países ricos; e o aumento das desigualdades econômicas e danos ambientais ao planeta. Sensível às alterações na sociedade, o PT também aprovou no Congresso a cota de 30% para mulheres nos cargos de direção. Inédita na história partidária brasileira, a deliberação era o início do reconhecimento da participação feminina na luta política brasileira.

Entendendo que era preciso promover o encontro do Brasil real – esquecido – com o

outro Brasil – oficial –, o Partido dos Trabalhadores encampou, em 1993, a realização da “1ª Caravana da Cidadania”, comandada por Lula. Partindo de Garanhuns (PE) com destino a Santos (SP), foram 30 mil quilômetros percorridos em seis estados durante 25 dias, para revelar o retrato do país e a certeza de que tanto a conquista do governo como a realização de reformas estruturais serão frutos de ampla mobilização das massas.

O 8º Encontro Nacional, em Brasília, realizado em junho do mesmo ano, também definiu a resolução “Por um Governo Democrático e Popular”, pela qual o PT avalia que “a crise política, econômica e social brasileira só terá solução com a vitória do campo democrático e popular”, sem deixar de tecer uma crítica política ao desenvolvimentismo conservador e à manutenção da desigualdade e exclusão social.

O ano de 1993 registrou ainda outro momento marcante na trajetória da luta popular no país. No mês de outubro nasce a **Central de Movimentos Populares (CMP)**.

Central de Movimentos Populares (CMP)

Composta por diversos movimentos sociais, atua propondo diretrizes gerais para as lutas a serem travadas em cada momento e colabora para a construção de um projeto político popular para a transformação social.

Perseu Abramo

Jornalista, sociólogo, professor, sindicalista e militante social, morreu em 1996, aos 66 anos, deixando para o país uma herança de trabalho, luta e construção da cidadania. Imprimiu brilhantismo em diversos veículos de comunicação por onde passou - Folha Socialista, O Estado de São Paulo, Editora Abril, Folha de São Paulo, Movimento, TV Globo. Como professor e pesquisador, atuou na PUC-SP e outras escolas superiores, participando do projeto de criação da Universidade Nacional de Brasília. Foi dirigente do Sindicato dos Jornalistas/SP e ativista de grandes campanhas de sua geração, como a do petróleo. Fundador do PSB (Partido Socialista Brasileiro), na década de 40, contribuiu decisivamente para a criação do PT e das suas políticas de comunicação e formação, ocupando vários cargos na direção do partido.

18

Na campanha de 1994, as pesquisas eleitorais indicavam Lula como o candidato favorito, porém as classes dominantes, percebendo a força do PT, se mobilizaram em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente no primeiro turno.

Apagão de FHC

O Plano Real, concebido por FHC quando era ministro da Fazenda do

governo Itamar Franco, foi aplicado como fórmula mágica para acabar com a inflação. Logo no primeiro semestre de 1995 o governo FHC conseguiu aprovar emendas à Constituição, quebrando o monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações e da navegação de cabotagem – reformas para garantir a implementação do projeto neoliberal.

Em maio, os petroleiros realizaram greve de 31 dias, contra as reformas constitucionais, entre as quais o fim do monopólio estatal do petróleo. O governo mandou o Exército ocupar as refinarias para encerrar a greve. O caráter neoliberal do governo FHC não deixava nenhuma dúvida para o PT.

No 10º Encontro Nacional, em agosto de 1995, o PT fez uma dura autocrítica na resolução "Construção Partidária". Nela, o conjunto do partido detectou a tendência à burocratização e priorização das lutas internas, em detrimento da luta política e social contra os adversários externos. Foi deliberado nesse mesmo encontro a defesa da democratização dos meios de comunicação interna e a transparência na política de finanças. Como uma das consequências, foi criada no ano seguinte a Fundação **Perseu Abramo**, espaço para fomentar o debate e a reflexão política do partido internamente e com a sociedade.



O ano de 1996 iniciou-se com o “I Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo”, em Chiapas, no México. Em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, trabalhadores/as do campo pedem agilidade e empenho do governo do estado no processo de assentamento das famílias camponesas. Em resposta, dois massacres de trabalhadores sem terra. O primeiro em agosto de 1995, em Corumbiara; o outro em abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, onde 19 trabalhadores sem terra foram assassinados e 51 feridos, segundo dados oficiais. As tragédias evidenciaram o caráter autoritário do governo neoliberal em curso no Brasil.



O PT e os petistas denunciaram e protestaram em todo o Brasil. “De Fernando em Fernando, o povo vai se ferrando”. A frase estampada em adesivos e camisetas ilustrava as mazelas produzidas no país, com o avanço do neoliberalismo. O Brasil amargava os efeitos da concentração de riqueza, aumento das desigualdades sociais, da crise energética, estagnação da infraestrutura e paralisia no crescimento do país. Desemprego, queda abrupta do poder aquisitivo, defasagem salarial, crescimento da **informalidade**, desrespeito à velhice e à infância, venda indiscriminada de empresas estratégicas, violência contra protestos de movimentos sociais e greves, atentado à democracia. Este foi o resultado produzido com o Plano Real do governo FHC.

Uma alternativa democrática e popular

O ano de 1997 iniciou com a “Marcha dos Sem Terra”, que em abril ingressou na capital federal,, seguida pela manifestação “Abra o Olho Brasil”, e foi encerrado com o “Encontro Popular contra o Neoliberalismo – por Trabalho, Terra e Cidadania”, que reuniu importantes forças dos movimentos sociais e partidos de esquerda no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo. A resistência

Informalidade

Exercício de trabalho ou atividade econômica sem o registro nos órgãos públicos oficiais.

PSDB

Fruto do rompimento com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o PSDB foi fundado em 1988 anunciando seu ideal social-democrático. Contraditório com o seu próprio programa - “o novo partido nasce longe das benesses oficiais mas perto do pulsar das ruas, tendo como princípios e objetivos: implementar políticas de melhoria dos serviços públicos básicos e de distribuição de renda, que conduzam à erradicação da miséria no Brasil” -, o partido foi o responsável pela implementação do ideário neoliberal no Brasil.

ao neoliberalismo começou a ganhar corpo, mas o modelo ainda se encontrava vigoroso no mundo. No Brasil, isso se expressou com a reeleição de FHC.

O Brasil foi vítima de um dos maiores estelionatos eleitorais, em 1998. O **PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)**, chefiado por FHC, utilizou de todos os instrumentos para esconder a crise, empurrada para debaixo do tapete até o final das eleições. Em 1989, com a candidatura de Mario Covas à Presidência, o PSDB anunciava a necessidade de um

■ **Dívida interna** é a soma dos débitos de um país, resultantes de empréstimos e financiamentos contraídos pelo governo, junto a bancos e entidades financeiras do próprio país. O governo paga os funcionários e o que compra, com dinheiro dos impostos. Quando falta recursos, o governo faz dívida. No Brasil, ela foi causada principalmente pelos gastos, pagamento de juros sobre a própria dívida e pela política monetária e cambial.

■ **Dívida externa** é a soma dos débitos de um país, resultantes de empréstimos e financiamentos feitos no exterior pelo próprio governo ou por empresas privadas. Esta dívida, que deve ser paga em moeda estrangeira, pode ser feita junto a outros governos ou a bancos, empresas privadas ou entidades internacionais (FMI, Banco Mundial etc).

Plebiscito

Tipo de consulta feita diretamente aos eleitores sobre determinada questão, sendo o resultado acatado pelos governos. Previsto no artigo 14 da Constituição do Brasil, o plebiscito é considerado uma forma de democracia direta. Em 120 anos de República no Brasil, foram realizados dois plebiscitos oficiais: sobre o sistema de governo (1963) e sobre a forma e o sistema de governo (1993). E três plebiscitos populares: da Dívida Externa (2000), sobre a Alca (2002) e sobre a anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (2007).

“choque de capitalismo” no Estado brasileiro. Em 1994, ao chegar à Presidência da República com Fernando Henrique Cardoso, o partido promoveu o maior programa de reestruturação e ajuste fiscal, através da venda do patrimônio público – Vale do Rio Doce, Sistema Telebrás, quebra do monopólio do petróleo, mineração, da navegação de cabota gem. Promoveram ainda uma política monetarista recessiva com juros altos e superávits primários, sucateamento dos serviços públicos, redução de despesas com pessoal e dos investimentos, principalmente nas áreas sociais. A repressão e criminalização dos movimentos sociais também fizeram parte do jeito tucano de governar, repressão às greves, ataques ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esta era uma crise anunciada pelo PT desde o governo Collor, mas que somente após as eleições de 1998 foi revelada pelo tucanato num dos mais humilhantes acordos com o FMI a que o Brasil já foi submetido. A desvalorização do Real custou aos cofres do país dez bilhões de dólares, acarretando aumentos espetaculares das **dívidas interna e externa**.

O PT, outros partidos de esquerda e movimentos sociais impulsionaram uma série de mobilizações, que incluíram o

Plebiscito da Dívida Externa, a Marcha dos 100 mil pelo Brasil e o Dia Nacional de Lutas contra o Neoliberalismo.

Ações que foram referendadas no II Congresso, em 1999, quando o PT aprovou o Programa da Revolução Democrática, para a construção de um Brasil livre, justo e solidário, a partir de um amplo conjunto de reformas econômicas e políticas, com resoluções a respeito do meio ambiente, crime organizado, comunicações, os 500 anos do Brasil e as pessoas com deficiência, sempre sob o ponto de vista do socialismo democrático.

Outros 500

Despenca a popularidade do governo federal, que reage com autoritarismo aos conflitos sociais e às manifestações contra a propaganda midiática oficial dos 500 anos do país. O 22 de abril de 2000, em Porto Seguro (BA), teve a marca da violência do exército e da polícia contra ativistas indígenas, negros/as, sem terra e populares que foram cerceados/as de realizarem as manifestações que mobilizaram milhares de caravanas de todo o país. Na capital paulista, em 18 de maio, tropas de choque reprimiram violentamente uma passeata de estudantes, professores/as, funcionários/as das universidades estaduais em greve.



Em setembro, no “Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa”, organizado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), CUT, MST, PT, quase 6 milhões de brasileiros/as disseram que o país não deveria manter o acordo com o FMI, nem continuar pagando as dívidas externa e interna.

Nas disputas eleitorais de outubro, o PT impôs uma exemplar derrota ao governo FHC e ao bloco conservador: conquistou 187 prefeituras e 131 vice-prefeituras e fez 2.485 vereadores no país. Comparado aos resultados de 1996, o PT teve um crescimento superior a 51%. Das 62 maiores cidades do Brasil, que concentram cerca de 30% da população, o PT foi escolhido em 17, entre as quais São Paulo, Porto Alegre (reeleição), Belém (reeleição), Aracaju, Recife, Guarulhos e Campinas. Em coligação, somam-se Belo Horizonte, Macapá, entre outras.

Outro mundo possível

Na entrada do novo século (2001), milhares de pessoas vindas de 117 países se reuniram no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, para discutir alternativas que sinalizassem a construção de uma nova ordem mundial, baseada na justiça social e na fraternidade. Durante cinco dias, entre 25 e 30 de janeiro, o Fórum – também conhecido como **Fórum Anti-Davos** – possibilitou a integração e a troca de experiências das mais diversas entre representantes dos países participantes. Um clima de irmanação envolveu um vigoroso protesto contra o neoliberalismo e a certeza entre os povos: “Um outro mundo é possível”.

Novos protestos são desencadeados pela CUT e movimentos populares contra a irresponsabilidade do governo, comandante das privatizações do setor energético, que deixou o país nas trevas.

Enquanto isso, o PT lançava-se a um novo desafio para aprofundar a democracia interna. Em 11 de março de 2001, o Diretório Nacional, cumprindo decisão do II Congresso, aprovou um novo Estatuto regulamentando o Processo de Eleição Direta (PED) de suas direções. Inédito na história partidária brasileira, a partir desse momento todo/a filiado e filiada passa a interferir e

Fórum de Davos

O Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos (Suíça), desde 1971, reúne os países e empresários mais ricos do mundo, anualmente. Cumpre papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo.

escolher, por meio do voto direto, as direções das instâncias do PT. No mesmo ano, entre 12 e 14 de dezembro, o partido definiu as diretrizes do seu Programa para o Brasil, no 12º Encontro Nacional, em Olinda (PE). Juntamente com a resolução política “Um outro Brasil é possível”, que demonstrava as condições para construir um governo democrático e popular.

A esperança venceu o medo

Passados treze anos da primeira campanha do PT à Presidência da República, Lula venceu em 2002 nos dois turnos. No primeiro turno, em 6 de outubro – data que consta em seu registro de nascimento –, Lula superou o recorde de votos atribuídos a um candidato: 39.443.765 (46,4% dos votos válidos). Em 27 de outubro – data em que realmente nasceu Luiz Inácio Lula da Silva –, Lula foi consagrado presidente da República Federativa do Brasil por 52.793.364 votos (61,27% dos votos

Linha de pobreza

É o termo utilizado para descrever o nível de renda abaixo do qual uma pessoa não possui condições de obter recursos necessários para viver. No Brasil, são adotadas duas linhas de medida: a **linha de pobreza** (quem vive com menos de 1/2 salário mínimo por mês) e a **linha de extrema pobreza ou miséria** (menos de 1/4 de salário mínimo por mês).

válidos). Foi a maior votação obtida para a Presidência da República no Brasil e a segunda maior atribuída até então a um candidato em todo o mundo.

Nas eleições de 2002, o PT atingiu também a condição de maior partido do Brasil. Elegeu a maior bancada de parlamentares - 91 deputados federais e duplicou sua presença no Senado, de sete para catorze. Também nos legislativos estaduais, saltou de 92 para 147 deputados/as. Reelegeu Jorge Viana (AC) e Zeca do PT (MS), além de eleger Wellington Dias (PI).

A vitória de Lula revigorou a esperança de mudança anunciada no início do novo milênio. Demonstrou que o Partido dos Trabalhadores é o depositário do sonho de milhões de brasileiros e brasileiras em transformar o país numa grande nação.

O governo Lula assumiu um país corroído por profundas contradições

econômicas, sociais e políticas. O Brasil era uma das nações mais desiguais do mundo, com mais de 12% de desempregados/as, quase 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da **linha da pobreza**. O governo do PT herdou um Brasil sem credibilidade externa, crescimento nulo e Estado bastante debilitado. Era a chance do PT colocar em prática as bandeiras e políticas públicas para corrigir os rumos de quase três décadas perdidas. Ampliou e fortaleceu o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), mais de 300 mil famílias foram assentadas pela reforma agrária, os bancos públicos foram fortalecidos, a ampliação de crédito beneficiou milhares de trabalhadores, gerou novos empreendimentos econômicos e distribuiu renda. O governo propôs o Plano Nacional de Florestas para combater o desmatamento da Amazônia e fortalecer o sistema nacional de meio ambiente.

No governo Lula, o Brasil teve investimento em saneamento, habitação, na modernização de portos e aeroportos, recuperação de estradas, na geração e distribuição de energia. Mais de 4 milhões de postos de trabalho com carteira assinada foram gerados. O salário mínimo teve um aumento de 75% em quatro anos. Foram criadas as secretarias especiais de Políticas para as Mulheres

(SPM) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), e, com elas, políticas públicas visando a redução das desigualdades entre homens e mulheres e raciais no Brasil. Educação, juventude, esporte e cidadania também tiveram o olhar do governo federal. O governo do PT aportou recursos no Sistema Único de Assistência Social, no combate à fome, com o Programa Fome Zero e Bolsa-Família. Investiu na segurança e no combate à corrupção e criou canais de participação, por meio das conferências nacionais e de base. Apresentou um Brasil para o mundo em outras bases. Estabeleceu uma nova política externa soberana, comprometida com uma América do Sul mais próspera, democrática e estável.

O segundo governo Lula

Em 2006, apesar da campanha midiática de desmoralização do PT e do governo Lula, mais de 60 milhões reafirmaram seus votos por mais mudanças. Reelegeram Lula Presidente. Norteado pelo principal compromisso da campanha, o de impulsionar o desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade, o governo Lula tem proporcionado vários avanços ao país. O Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) iniciou, a partir de 2007, a concretização desse compromisso, ao fortalecer o papel do Estado como indutor do investimento em infraestruturas energética, logística, social e urbana. A expansão no investimento em infraestrutura é condição de desenvolvimento sustentável, além de contribuir para o desenvolvimento regional e a integração econômica da América do Sul, gerando mais empregos. Aumenta a perspectiva da criação de um forte mercado interno, com a inclusão de segmentos desfavorecidos da população.

A evolução do projeto do PT

Como procuramos demonstrar, o PT nasceu defendendo o socialismo, a justiça social, a democratização radical da sociedade e a auto-organização de trabalhadores/as. Apoiado em suas instâncias de discussão, formulação e decisão e na pluralidade de ideias, que tem caracterizado sua democracia interna, o PT construiu progressivamente um projeto para o país e uma sólida política de relações e solidariedade internacional. Esse processo não foi linear, seu desenvolvimento foi marcado por inúmeros desafios e dificuldades. O PT é um partido de massas e, como tal, permeável às contradições de nossa



sociedade e de nossa época. Porém, é exatamente essa democracia interna que permite que os problemas apareçam e sejam discutidos. A relação com trabalhadores/as e excluídos/as, com petistas dos movimentos sociais, dos governos e parlamentos, combinada ao projeto nacional do governo Lula, permite que nosso projeto para o Brasil se afirme e amplie sua hegemonia na sociedade.

Não por acaso, os defensores do neoliberalismo e seus porta-vozes nos partidos e na imprensa brasileira procuram sistematicamente desqualificar e atacar o PT. Eles conhecem a força de nossos laços com o povo excluído e trabalhador e de nosso projeto nacional.

É por isso que, ao falar das resoluções do III Congresso, resgataremos alguns aspectos da história de elaboração de nossas ideias. Não se trata, absolutamente, da construção de um texto sobre a história de nossa produção. Esse é um trabalho para os historiadores, que implicaria a escolha e a análise de muitos outros textos e a consideração de muitas vezes que construíram nosso projeto. Nosso objetivo aqui é destacar alguns aspectos dos textos de nossas resoluções para que cada filiado/a e militante saiba que o projeto nacional do PT tem rumo e linhas mestras, construídas coletivamente ao longo de quase 30 anos e, absolutamente, comprometidas com a superação das desigualdades sociais e com a construção

O socialismo petista



O socialismo democrático e sustentável

O III Congresso do PT, realizado em São Paulo, entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2007, teve como um de seus temas centrais o

Socialismo Petista.

A resolução aprovada reafirmou e atualizou concepções construídas ao longo da história do PT. Já na Carta de Princípios, de 1º de maio de 1979, elaborada antes da fundação do PT, a Comissão Nacional Provisória, afirmava:

O PT não pretende criar um organismo qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

E que:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.

O Manifesto e o Programa do PT também enfatizam o compromisso com a justiça e a liberdade, que não será conquistada sem a superação do **capitalismo**. Mas, foi no discurso de Lula, na 1ª Convenção Nacional do PT (1981), que a perspectiva socialista do partido tornou-se mais concreta:

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar (...)
O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações.

Essa afirmação do 2º Encontro Nacional (1982) voltada à realização plena do ser humano, a partir da concretização de uma sociedade mais justa constituiria o princípio base para abordagem e desenvolvimento da proposta socialista do PT nos encontros subsequentes.

Por essa razão, o PT se empenhou em compreender a configuração das classes sociais no Brasil, a relação entre elas, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro visando apontar os caminhos de transformação da sociedade e, ainda, indicar as principais características da economia e sociedade socialista a ser construída tal como podemos constatar na resolução do 4º Encontro (1986). As principais ideias desenvolvidas nesse sentido foram:

■ A constatação de que o acúmulo de forças pela classe trabalhadora deve combinar o fortalecimento de sua organização e conquistas reais no plano político, econômico e social; de que esse acúmulo de forças implicará um processo de integração e unificação de seus diversos setores e frações num projeto histórico e político comum;

■ Para isso, será necessário delimitar o estabelecimento de alianças com os setores que possuem alguma legitimidade no interior da classe trabalhadora, e que, apesar de rejeitar a aliança estratégica com a burguesia, o PT admitia a possibilidade de acordos

Capitalismo

Caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção e pela transformação da força de trabalho em mercadoria, cujo valor aparece na forma de salário. O mercado cada vez mais controlado por grandes grupos econômicos rege a produção e a distribuição de riquezas. Esse processo, ao mesmo tempo que estimula a produtividade, também leva a crises econômicas periódicas. Ele implica também em desigualdades sociais e em desenvolvimento desigual dos países. O capitalismo é uma sociedade de classes - dentre as quais se destacam a burguesia e o proletariado - com relações e formas de dominação, sendo a principal o Estado.

pontuais e delimitados com forças que não objetivam o socialismo;

- No socialismo, o mercado não desapareceria imediatamente, a referência deveria ser o bem-estar e o conforto de todos;

- O projeto socialista deveria assegurar a afirmação de ideias e valores visando a construção de uma nova legitimidade social, portanto apontava a necessidade de incorporação da perspectiva de diferentes movimentos e setores sociais – mulheres, negros, nações indígenas – englobando as dimensões cultural, nacional e ambiental;

- A dimensão internacional da luta pelo socialismo estaria associada à perspectiva da democracia no socialismo, entendida como socialização dos meios de produção e do poder e garantia de todas as liberdades fundamentais: direito à livre expressão e auto-organização dos trabalhadores em todos os níveis, liberdade de culto e comunicação, criação de instrumentos e meios de defesa da sociedade.

O debate interno e a atuação do PT junto aos movimentos sociais, na luta por direitos sociais e civis em favor da redemocratização do país, e no plano institucional, conduziram o partido a pensar nas mediações necessárias entre as condições da conjuntura política naqueles

períodos e a proposta socialista. Assim, o 5º Encontro indicou a importância de formular as estratégias, as propostas de alianças sociais e o programa de reformas que permitissem o estabelecimento de uma política de acúmulo de forças visando alcançar transformações estruturais no país em direção ao socialismo. Portanto, a necessidade da construção de uma hegemonia dos dos/as trabalhadores/as na sociedade e no Estado. Como preocupação sempre presente, a relação entre socialismo e democracia também tem lugar nas resoluções deste encontro.

O PT, rejeitando a tese do partido único, apontava a necessidade de uma legalidade nova, reguladora da representação e participação dos partidos, indicava a importância da participação popular e de mecanismos de incidência dessa participação nos rumos dessa nova sociedade. E reafirmava a resolução do encontro anterior, de que o projeto socialista deveria ser capaz de incorporar as lutas específicas.

Mais dos marcos fundamentais da reflexão acerca do socialismo e da democracia foi a resolução do 7º Encontro (1990), analisando que o compromisso do PT com a democracia no Brasil, iniciado na luta contra a ditadura, o fez um partido anticapitalista. O que acabou por qualificar a sua luta e suas

concepções sobre a democracia. *Dessa maneira, a democracia teria adquirido para o PT valor estratégico, sendo a um só tempo meio e fim: instrumento de transformação e meta a ser alcançada.*

Essa compreensão sobre a democracia, aponta a resolução, teria definido a visão e as dinâmicas sobre o funcionamento e a organização do partido. *O PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político.*

Dessa maneira, a busca de coerência e criatividade política marcaram nossa história e se combinaram nas formas de organização interna do PT, mas também nas propostas e práticas para o aperfeiçoamento da democracia, para o fortalecimento da participação popular e ampliação dos espaços públicos de participação nos anos posteriores.

Vale indicar também que outra dimensão da democracia interna, apontada na resolução, foi, e ainda é, o pluralismo interno do PT. *Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc (...)* Afirma ainda que o ideário do partido não representaria



isoladamente nenhuma dessas correntes de pensamento, elas conviveriam em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta.

Hoje, com quase 30 anos de existência, as sínteses produzidas pelo PT: resoluções, políticas e experiências, constituem nosso valioso patrimônio e nossa referência maior para a prática e orientação política.

O compromisso com a democracia interna e externa ao partido, como uma das dimensões de sua vocação anticapitalista, está na raiz da concepção do socialismo democrático, claramente definida na resolução do 7º Encontro.

Realizando a crítica à social-democracia e ao chamado socialismo real, a resolução do 7º Encontro dizia que *o socialismo ou será radicalmente democrático ou não será socialismo*.

Mas a opção pelo socialismo democrático não ficou restrita ao plano das ideias. A mesma resolução do 7º Encontro indicou a necessidade de *construção de nossa utopia concreta*, por meio da *luta democrática de massas paciente e continuada*.

Em conjunto com todas as energias libertárias, democráticas e transformadoras da sociedade, o PT se dispunha a realizar lado a lado a luta social e a construção teórica do socialismo democrático.

Outro marco importante da elaboração sobre o socialismo democrático ocorreu no I Congresso. O PT, atualizando suas concepções em face dos processos de globalização, da degradação ambiental e das políticas neoliberais em vários países do mundo, tinha como propostas:

- Estabelecimento de novos critérios para elaboração da contabilidade nacional, onde sejam computados os custos da degradação ambiental como a perda da biodiversidade, da fertilidade da terra, da água e da pureza do ar;

- Retomada da luta pela diminuição da jornada de trabalho, de forma a enfrentar o desemprego resultante das transformações no mundo do trabalho, produzidas pelas novas tecnologias e ampliar as condições de realização da liberdade humana;

- Empenho na luta, junto aos sindicatos e à classe trabalhadora, pelas tecnologias limpas e ambiente de trabalho saudável, visando minimizar o impacto agressivo sobre o ambiente, a saúde e a vida de quem produz;

- Defesa das reformas agrária e urbana articuladas com o incentivo à geração de energia de forma descentralizada e à sua democratização;

- Defesa de uma nova divisão internacional do trabalho, diferente

daquela segundo a qual os países ricos se reservam às tecnologias de ponta – a robótica, a biotecnologia, a informática, a química fina e o laser –, e realocizam no Terceiro Mundo as indústrias sujas, altamente degradadoras do meio ambiente e consumidoras de energia e do próprio homem. Ao conceito de soberania e ética defendidas pelo PT incorpora-se a dimensão ecológica.

O PT afirmava ainda:

■ A necessidade da democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo defendido pelo PT supõe a existência de um Estado de Direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical e, ainda, a combinação da democracia representativa com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais, o respeito às minorias e a alternância de poder. Para o PT, o socialismo deve ser a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito às diversidades política, cultural, étnica, sexual e religiosa.

■ A necessidade de estimular o planejamento estratégico e democrático



do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal).

Para perseguir esse caminho, o PT reafirmou a importância da luta por hegemonia combinando as mais variadas formas de ação, a articulação entre o campo e a cidade, a constituição de um bloco político e social, forjado na luta comum e nas alianças necessárias à construção de uma alternativa democrática e popular, a perspectiva

internacionalista e compreensão da democracia como um valor permanente para os/as trabalhadores/as.

A perspectiva da revolução democrática, aprovada no II Congresso do PT, reforçaria esse caminho indicando o papel do PT na construção de um Brasil livre, igual e solidário a partir da socialização da riqueza, poder e conhecimento. Uma vez mais foi reforçada a ideia de construção. *A Revolução Democrática é um longo processo. Ela não será resultado de teorias pré-elaboradas, nem de vanguardas autoproclamadas, mas da ação de amplas maiorias conscientes de seus objetivos.*

Reafirmando as resoluções do 7º Encontro e do I Congresso, o PT mantinha que tanto a revolução tecnológica quanto a internacionalização da economia, por



suas contradições, reforçam a possibilidade histórica do socialismo. No entanto, o socialismo não é considerado inevitável, mas uma construção histórica.

Em 2007, ao retomar sua elaboração teórica e política para atualizá-la no III Congresso, a reflexão sobre o socialismo foi enriquecida pelo diálogo com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente na América Latina, que também buscam uma alternativa pós-capitalista. Mas a produção política e teórica do PT foi, sobretudo, enriquecida *com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos estaduais e municipais, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.*

Retomando definições anteriores, a resolução reafirma que o socialismo

petista não tem uma matriz política ou filosófica única e abriga ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas. Por isso o socialismo petista é libertário, se insurge contra todas as formas de discriminação: de gênero, sexual, étnica, religiosa, ideológica, em relação às pessoas com deficiência, aos/às jovens, aos/às idosos/as e todas as diferenças que marcam as sociedades humanas.

Socialismo e Democracia

O socialismo petista entende a democracia, como afirmado em todas as resoluções anteriores, como um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. Ele é radicalmente democrático porque supõe a socialização da política, ou seja, a extensão dos direitos democráticos e do incentivo à participação de todos e todas.

O projeto socialista, pelo qual lutamos, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, em particular o feminismo, indispensável para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia. *Não há socialismo*

sem feminismo, não há feminismo sem socialismo.

Assim, para o PT, o socialismo implica:

- Direito à liberdade de opinião;
- Defesa e ampliação dos direitos humanos;
- Respeito ao Estado Democrático e de Direito;
- Combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade;
- Práticas republicanas inseparáveis da democracia;
- Incentivo a auto-organização dos trabalhadores, pois, o socialismo petista, considerando a ação de vários sujeitos, tem nos trabalhadores sua referência fundamental;
- Garantia de participação das minorias sociais;
- Defesa da pluralidade cultural, religiosa e ideológica;
- Igualdade entre mulheres e homens;
- Igualdade racial;
- Liberdade de orientação sexual e identidade de gênero.

O socialismo petista defende o acesso de todos e todas aos bens materiais e simbólicos, à cultura e às condições de construção do conhecimento, por compreender que a democracia deve ser política, cultural e social.

Produção e trabalho na sociedade socialista

Em relação à produção e trabalho na sociedade socialista, a resolução do III Congresso indicou a necessidade de construção de uma economia na qual convivam crescimento com distribuição de renda, para o que o planejamento democrático da economia e do desenvolvimento, com forte presença do Estado é fundamental. O PT defende a propriedade social de tal maneira que seja possível a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária.

O socialismo petista prevê o aprofundamento da reforma agrária e a combinação entre agricultura familiar e a de caráter empresarial. Prevê também a perspectiva da redução da jornada de trabalho e o pleno emprego, já que, apesar das mudanças nos padrões de produtividade – alicerçadas nas transformações científicas e tecnológicas –, a jornada segue estancada em todo o mundo.

A resolução prevê ainda, como uma das formas de superação da alienação do trabalho, a existência de formas institucionalizadas de controle dos/as trabalhadores/as sobre todas as



esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços.

O socialismo petista e a sustentabilidade

Retomando as formulações do partido desde o I Congresso, o PT indicou na resolução que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, protegendo a qualidade sócio-ambiental e, de forma solidária, as futuras gerações. O partido considera a defesa da vida e da natureza pilares fundamentais da nova sociedade que pretende ajudar a construir.

O socialismo petista e o compromisso internacionalista

O socialismo petista prevê a articulação entre construção nacional e perspectiva internacionalista. Aponta a necessidade de um mundo multilateral e multipolar que reduza assimetrias econômicas e sociais, sem submissão à hegemonia de grandes potências.

Coerente com essa defesa, a resolução aprovada indica o compromisso com um mundo de paz e democrático, sem fome, enfermidades, crianças abandonadas, homens e mulheres desprovidas de perspectiva e de esperança. O PT defende a solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, apontando para uma alteração da correlação de forças internacional.

Sob esta análise, o governo Lula tem permitido que a disputa de hegemonia ocorra em um novo patamar. Frente a isso, a resolução destaca que o projeto de desenvolvimento possibilita um acelerado e radical processo de reformas políticas e sociais no Brasil, condições para a conquista de hegemonia política e de realização de transformações sociais ainda mais profundas.

O que é socialismo?

Conforme um dos dicionários, a palavra socialismo é um substantivo masculino e que os seus significados fazem parte do campo da política, mas que tem várias definições:

“1 - conjunto de doutrinas de fundo humanitário que visam reformar a sociedade capitalista para diminuir um pouco de suas desigualdades;

2 - conjunto dos partidos de esquerda não comunistas e não liberais;

3 - conjunto de doutrinas que, tendo por objetivo o bem comum, preconizam uma reforma radical da organização social, mediante a supressão das classes e a coletivização dos meios de produção e de distribuição; e

4 - sistema político que põe em prática essas doutrinas.”

Só por aqui, um dicionário, e que não é feito por especialistas em política, já é possível perceber diferenças importantes. As expressões “diminuir um pouco” e “reforma radical” empregadas em dois significados diferentes mostram isso claramente.

Nesse mesmo dicionário aprendemos também que a palavra socialismo é relativamente nova. No idioma português ela vai aparecer em um dicionário em 1874, ou seja, há 135 anos, o que, na escala de nossa civilização, é muito pouco tempo. Sabemos, é verdade, que leva certo tempo entre o surgimento de uma palavra e o seu registro em um dicionário. Nesse mesmo dicionário também aprendemos que ela apareceu pela primeira vez na França e na Inglaterra, na década de 1830.

Se a origem da palavra escrita é relativamente recente, a ideia de socialismo é bem antiga. Pode-se dizer que ideias de organização social que privilegiam o coletivo ao invés do indivíduo

ou que buscam a justiça e a igualdade como aspirações universais já apareciam há muitos séculos nas primeiras organizações sociais mais complexas, podendo-se, a depender do rigor dado à sua amplitude e definição, recuarmos aos tempos bíblicos. Até o começo do século XIX ela está quase que, invariavelmente, associada apenas a uma noção de igualdade em termos filosóficos e éticos.

Na segunda metade do século XVIII, o capitalismo substituiu o feudalismo; com a chamada “Revolução Industrial”, em que o vapor e as máquinas-ferramenta transformaram as velhas oficinas manufatureiras nas grandes indústrias, as forças produtivas criadas sob a direção da burguesia começaram a desenvolver-se em proporção nunca antes vista. Isto produziu uma contradição entre o caráter social da produção, ou seja, que se destinava a muito mais gente, e a forma capitalista privada de apropriação, na qual o lucro ficava concentrado

nas mãos dos capitalistas. Esta contradição, como resultado do choque entre as forças produtivas e as relações de produção, provocava confrontos entre capitalistas e trabalhadores/as.

Nestes primórdios do capitalismo surgiram os primeiros socialistas - mais tarde chamados de “utópicos” -, que incorporaram ideias socialistas de democracia, igualdade e coletivismo ao movimento dos trabalhadores. Eles tiveram uma atuação mais destacada na primeira metade do século XIX e seus principais expoentes eram os franceses Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1760-1825) e François-Charles Fourier (1772-1837) e o inglês Robert Owen (1771-1858). Críticos do regime capitalista, esforçavam-se em provar a necessidade da sua substituição por uma nova sociedade socialista, com a abolição do individualismo, da competição e da influência da propriedade privada. Além disso,



anteciparam pontos importantes: levantaram o problema da direção consciente dos fins sociais com fins bem determinados e o da organização da planificação econômica centralizada. Seus pontos de vista, no entanto, eram idealistas: acreditavam que se poderiam convencer as classes dominantes a concordar com essa nova estrutura social.

Na metade do século XIX surge uma nova variante do socialismo, a comunista ou marxista – nome derivado de seu principal expoente, o alemão Karl Marx (1818-1883). Para a corrente marxista, o socialismo era uma negação do capitalismo, que desenvolveria sua própria identidade, por meio de um longo processo em que a sociedade e os próprios trabalhadores seriam transformados. Ao contrário dos seus antecessores “utópicos”, os comunistas viam o socialismo com um caráter científico e como uma necessidade histórica que resultava das próprias contradições do capitalismo e de suas cíclicas crises; como um programa de emancipação dos trabalhadores, que eram compreendidos como os atores e autores de sua própria emancipação frente às contradições do capitalismo, em especial a existente entre a propriedade privada e a ampliação social dos meios e processos de produção; e como usuário de um “método científico” de análise da sociedade e dos seus sucessivos modos de produção e da história.

Os marxistas, em sua proposta de sociedade comunista, deram ao socialismo o significado de uma sociedade transitória rumo ao seu nível mais elevado, o comunismo. Além disso, os socialistas marxistas enfatizaram a importância da criação e desenvolvimento de um movimento político dos trabalhadores, que deveriam se organizar tendo como objetivo



gerir o Estado e a economia. Para tanto, eles deveriam constituir organizações políticas e partidárias autônomas de trabalhadores com o objetivo de lutar, em especial, pela conquista de direitos de associação e de imprensa, pela ampliação do direito de voto, pelo direito à greve e pela organização sindical. Isto resultou na criação de entidades sindicais, partidos políticos, que adotaram o nome de social-democratas, e de duas sucessivas organizações internacionais congregando tais organizações, conhecidas como Primeira e Segunda Internacionais.

No início de século XX surgiram nas fileiras social-democratas posições defendendo a reavaliação das teorias de Marx no que se refere às crises econômicas, aos conflitos de classes, que deveriam não apenas levar em conta burguesia e proletariado, mas considerar o crescimento das classes médias e a elevação dos padrões de vida dos trabalhadores. Tal quadro fez com que os “socialistas revisionistas”, nome com o qual ficaram conhecidos na época, acreditassem ser possível integrar o movimento operário nas estruturas políticas e econômicas capitalistas com o propósito de sua gradual

transformação em sentido socialista, através da via democrático-parlamentar. Embora inicialmente derrotado nos debates que se instalaram nas fileiras social-democratas, o “revisionismo” paulatinamente conquistou espaço nos partidos. Com o desencadeamento da I Guerra Mundial, em 1914, estes partidos, contrariando resoluções de caráter internacionalista e contra a guerra que eles próprios haviam adotado pouco antes, passaram a apoiar seus governos nacionais nos esforços de guerra. Tal situação, que desintegrou a frente internacional socialista, e a Revolução Russa de 1917 reatualizaram o debate entre socialismo e comunismo, que ressurgia como rompimento em relação ao “revisionismo” e em defesa das posições originárias do marxismo. Este debate tomou o caminho da formação de partidos comunistas e da criação de uma internacional comunista.

A partir daí o movimento socialista foi tomado pela divisão entre social-democratas e comunistas. O surgimento da União Soviética colocou novos problemas: um país agrário, com uma pequena classe operária urbana, devastado pela I Guerra Mundial, sucedida por uma guerra

civil que agravou ainda mais o quadro, vindo de uma longa tradição autocrática, carente de uma experiência democrática, e cercado de estados hostis, poderia construir um estado socialista? Embora tenha havido um rápido e intenso crescimento industrial, acompanhado de uma planificação centralizada e da ampla propriedade pública, o quadro sócio-político resultou no surgimento de uma ditadura e um sistema totalitário implementados por Josef Stalin (1878-1953).

Com o desencadeamento da II Guerra Mundial e o papel nela desempenhado pela União Soviética na derrota do fascismo, o socialismo soviético expandiu sua influência na política mundial, seja pelo crescimento dos partidos comunistas na Europa Ocidental, seja impondo-o diretamente na Europa Oriental, seja pelo seu crescimento na África e na Ásia, especialmente na China, onde ele tomou formas próprias, com fórmulas econômicas mais liberais, que permitiram que detivesse um papel importante nos dias de hoje, embora resistindo à democratização de seu sistema político.

Os partidos social-democratas, por sua vez, após II Guerra Mundial implementaram, especialmente na Europa, a constituição dos chamados “Estados de Bem-Estar Social” que permitiram, até os anos 1970, crescimento econômico, pleno emprego e elevação dos padrões de vida da população de seus países.

Com o ressurgimento do liberalismo econômico, e a conseqüente substituição do “estado do bem-estar social” pelo que se convencionou chamar de “socialismo de mercado” ou de “terceira via” – em que se tentou uma combinação entre planejamento e mercado -, e com o colapso do “socialismo

soviético” o socialismo tem sido objeto de incertezas e busca de reformulações, no qual as complexidades introduzidas pela evolução do capitalismo tornam-se objeto de reflexão e busca de novas vias.

De qualquer modo, apesar de todas as modificações e evoluções acima apontadas, é importante reter que há uma base comum nas variantes do socialismo e que está na transformação do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca em uma organização social na qual haja:

- uma limitação da sociedade ao direito de propriedade;
- um controle dos trabalhadores sobre os principais recursos econômicos;
- uma gestão da organização social com o objetivo de promover igualdade social, jurídica e política através da intervenção dos poderes públicos.

Socialismo na América Latina

A resistência à invasão e exploração por parte das potências europeias, assim como a resistência dos/as trabalhadores/as à exploração praticada pelas classes dominantes locais e estrangeiras assumiu várias formas na América Latina, desde 1492. Exemplo disto foram as grandes revoltas indígenas no Peru, a Revolução do Haiti e as lutas pela independência no início do século XIX.

No século XX - num ambiente marcado pela crescente industrialização, imperialismo, pelas guerras mundiais, Revolução Russa e outras revoluções e guerras anticoloniais -, as lutas populares latino-americanas passaram a combinar, de distintas formas, as demandas

por democracia política, soberania nacional e reforma agrária, com objetivos socialistas.

Esta combinação assumiu sua forma mais destacada na Revolução Cubana (1959) e no governo da Unidade Popular Chilena (1970-73). E se expressa, hoje, de variadas formas, nos governos de esquerda e progressistas eleitos a partir de 1998.

O socialismo cubano nasceu de forma extremamente original. Posteriormente, pressionado pelos Estados Unidos (invasão, sabotagens, bloqueio) e forçado a buscar suporte na União Soviética, adotou parte do modelo político e econômico soviético. Com a crise do campo socialista, a economia cubana entrou em colapso, enfrentando dificuldades que se estendem até hoje.

O programa da Unidade Popular Chilena previa a transição ao socialismo, através da constituição de uma Área de Propriedade Social e de um Poder Popular, com um detalhe essencial: a via eleitoral. A experiência foi esmagada por um golpe sangrento, em 11 de setembro de 1973.

Outra experiência importante para os socialistas latino-americanos foi a Revolução Sandinista, em 1979. Mas, esta revolução não tinha como objetivo construir o socialismo e, durante o governo sandinista, apesar do apoio dos EUA à uma guerrilha de direita, foi mantido o pluralismo político e a economia mista.

Também são variadas as expressões ideológicas: o populismo e o liberalismo radical, o nacionalismo revolucionário e o agrarismo, a Teologia da Libertação e as cosmovisões dos povos originários, o desenvolvimentismo e as teorias da dependência, bem como as diferentes famílias do movimento socialista.

O Brasil **que** queremos



O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, uma sociedade socialista, se articula com a conquista de uma nação soberana e democrática.

Essa perspectiva justifica o texto de abertura da resolução: *O Brasil que queremos é um país livre, justo e soberano. Um país fundado na solidariedade e na igualdade social e no qual os direitos individuais e coletivos sejam o centro da agenda política.* E detalha, *o Estado brasileiro deve ter seu caráter distributivo fortalecido e seus espaços de participação ampliados. Deve promover o desenvolvimento econômico e social de maneira democrática e respeitando a natureza.*

Os objetivos enunciados têm relação com os propósitos do PT desde sua fundação. O Manifesto de fundação do PT afirmava que caberia ao povo decidir o que fazer com as riquezas produzidas e recursos naturais do país, que historicamente estiveram a serviço do capital nacional e internacional, de maneira a colocá-los a serviço do bem-estar da coletividade. Indicando o desejo dos trabalhadores de conquista da independência nacional, o Manifesto indicava:

O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores.

Fundado para *propor alterações profundas na estrutura econômica e política da nação*, o partido propunha em seu primeiro plano de ação: liberdade de organização partidária e sindical; desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção; combate à política salarial; melhores condições de vida, terra para quem nela trabalha, por meio de uma reforma agrária ampla; independência nacional; apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios.

Esse programa para a nação, reafirmado por Lula na 1ª Convenção Nacional do PT, seria sintetizado no lema: Trabalho, Terra e Liberdade! na Plataforma Eleitoral Nacional da campanha de 1982.

Nos anos posteriores o PT, à frente da luta pela redemocratização do país e pelo atendimento das reivindicações e necessidades dos trabalhadores, aperfeiçoou seu programa e a estratégia para a conquista de hegemonia no Brasil.

No 5º Encontro, o PT se propôs levar adiante a construção de um programa democrático popular que impulsionasse uma política de acúmulo de forças no país combinando as lutas sociais, entre as quais o intenso apoio à construção da CUT e a ocupação de espaços

LSN

Lei de Segurança Nacional tem por objetivo a garantia da segurança nacional de um Estado contra a subversão da lei e da ordem. Ainda está em vigor, no Brasil, a Lei de Segurança Nacional de 1983.

institucionais. Este foi um dos marcos do 5º Encontro Nacional do PT (1987). Tratava-se de ampliar a força do programa e do partido para torná-lo uma opção real de governo em oposição à Nova República.

Em termos da luta democrática, o programa democrático-popular abrangia: eleições diretas, acompanhadas de eleições em todos os níveis; revogação da LSN, fim de qualquer forma de censura; revogação das salvaguardas do Estado de Emergência, do Estado de Sítio e supressão do Estado de defesa, presentes no então projeto de Constituição; eliminação, na Constituição, do conceito de segurança nacional; liberdade de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve; sistema eleitoral proporcional, com igualdade na proporção dos eleitos por estado, controle do poder econômico, igualdade de acesso aos meios de comunicação; devolução das prerrogativas do

Legislativo, restituindo-lhe o direito de legislar sobre matéria econômica, financeira e orçamentária e de criar despesas, direito de iniciativa popular para legislar e garantia de consultas e referendos populares.

Muitas dessas bandeiras se tornaram realidade no país e integram hoje artigos da Constituição da República.

Novo impulso seria dado à luta contra a Nova República e por um governo democrático-popular no Brasil no 6º Encontro Nacional (1989). O PT lançou a Frente Brasil Popular para disputar as eleições presidenciais com a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Tendo como referência as experiências do modo petista de governar nas prefeituras, e do modo petista de atuação parlamentar nos legislativos em todo país, o PT aperfeiçoava seu programa para o Brasil anunciando as bases do Plano de Ação de Governo. Em linhas gerais, o programa apontava a **democratização do Estado e da sociedade**, através de:

- Estímulo a mais ampla participação popular nas decisões do governo, da criação de mecanismos de controle social sobre os órgãos da administração pública e empresas estatais;

- Promoção da plena soberania do poder civil, extinção da tutela militar;
- Reforma da legislação eleitoral e do sistema de representação parlamentar;
- Democratização dos meios de comunicação;
- Democratização do Poder Judiciário;
- Incentivo à criação de mecanismos de controle social sobre a cidadania.

Um **novo modelo econômico** contrário à dependência externa e em favor da distribuição de renda, contemplando:

- Uma política de rendas;
- Mudança do papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica;
- Correção de distorções do sistema financeiro;
- Não pagamento da dívida externa;
- Subordinação do capital estrangeiro às prioridades da política econômica;
- Um programa agrário;
- Política contrária às discriminações de mulheres e negros: pela igualdade racial e entre homens e mulheres;
- Política de transportes;
- Política de educação;
- Política para salvar a Amazônia e defender a vida;

- Uma nova política energética;
- Reforma urbana e habitacional;
- Por uma política externa soberana;
- Defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores;
- Defesa da ecologia e do meio ambiente.

Essa foi a proposta programática, depois discutida e aperfeiçoada no âmbito da Frente Brasil Popular, tal como veremos no próximo caderno. Nos anos seguintes ela foi a referência não só para a campanha de 1989, como para a construção da oposição aos governos Collor e Itamar e para a campanha presidencial de 1994, que tornou o nosso projeto para o Brasil ainda mais consistente em todas as áreas, envolvendo expressivos segmentos da sociedade na sua elaboração.

Depois da vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994, a resolução do 10º Encontro caracterizava seu governo como neoliberal e conservador. A resolução, após seis meses de governo, demonstrava que para sustentar a estabilidade monetária, FHC articulava um amplo programa de privatizações, uma forte ofensiva aos sindicatos, a redução de direitos sociais e a ampliação das desigualdades em nome



de programas de benemerência e ajuda como o Comunidade Solidária.

Ainda no 10º Encontro, o PT dizia que, além de lutar contra as reformas constitucionais do governo neoliberal, seria necessário estabelecer uma nova relação com os movimentos sociais visando apresentar sua proposta para a nação em contraposição ao projeto em curso. Para tanto, o PT indicou a necessidade de atualização de seu projeto democrático-popular e articulação de forças sociais da forma mais ampla possível, visando superar o neoliberalismo e o nacional-desenvolvimentismo. O PT indicava uma

nova política econômica com reformas sociais, incluindo:

- Articulação com a CUT, Central de Movimentos Populares e outras entidades civis, para impulsionar uma ampla campanha popular em defesa do emprego, contra as taxas de juros e pela retomada do desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder;

- Defesa de uma justa política salarial, fortalecendo as iniciativas da CUT e do movimento sindical contra a desindexação salarial, considerado o quadro de desemprego crescente e a violação dos direitos sindicais;

- Desenvolvimento e apresentação, para a sociedade, de uma política econômica em novas bases;
- Revisão imediata da política cambial e racionalização da abertura comercial para assegurar a recuperação dos saldos comerciais, além de regras de ingresso de capital financeiro visando diminuir a vulnerabilidade do país;
- Reforma do sistema financeiro para garantir a redução efetiva da taxa básica de juros, visando o alongamento do perfil de vencimento dos títulos da dívida interna;
- Reforma Tributária que combine o combate à sonegação e à evasão fiscal

com a ampliação da base de tributação e progressividade dos impostos e racionalização da estrutura de tributos, aliviando o investimento produtivo, as exportações e os assalariados;

■ Política de emprego que enfrente o problema da economia informal, estimule as micro, pequenas e médias empresas empregadoras, assim como a pequena agricultura familiar, além de apontar para a redução da jornada de trabalho, um programa de

investimento em infraestrutura e estímulos aos setores que mais geram empregos;

■ Política de renda nacional e negociada entre trabalhadores, governo e empresários, que acione as câmaras setoriais de forma articulada com uma política industrial e agrícola ativa e a utilização de mecanismo de controle e punição de práticas abusivas de remarcação de preços e outros crimes contra a concorrência e a economia popular;

■ Manutenção do controle do Estado sobre as empresas estatais estratégicas, com reformas profundas que assegurem o caráter público destas empresas, com gestão transparente (...);

■ Reforma Agrária, fim da violência anticamponesa e punição dos responsáveis pelos crimes;

■ Defesa do patrimônio público, desmascarando os interesses envolvidos na privatização e lutando pela democratização e controle das estatais;

■ Defesa de um sistema público de previdência social, ampliando seu caráter universal na defesa dos direitos adquiridos de aposentados e trabalhadores da ativa, e denúncia dos efeitos reais da privatização dos sistemas previdenciários;

■ Efetivo combate à fome, à miséria e à marginalização social;

■ Democratização dos meios de comunicação de massa;

■ Defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas;

■ Reforma institucional: controle externo do Judiciário e restrição das funções do Senado às questões federativas;

■ Luta pela realização de um referendo popular sobre as mudanças na Constituição;



■ Contraposição ao **projeto Bresser** de reforma administrativa que quer liquidar o serviço público universal, o Regime Jurídico Único, a estabilidade e o direito de greve do conjunto do funcionalismo.

A defesa da nação

O PT apresentava a defesa da nação como uma de suas tarefas centrais, esclarecendo que a existência de um projeto nacional, ainda que inserido internacionalmente, dependeria de um projeto nacional de desenvolvimento, não subordinado à lógica de mercado, sem desconhecê-lo, visando superar a relação de subordinação ao capital externo.

A defesa da democracia

O PT considerava necessária a defesa da democracia, visto que parte da base de sustentação do governo era originária do período da ditadura militar. Definiu na resolução uma tática para o enfrentamento das propostas neoliberais, entre as quais a luta por referendo popular, para permitir o posicionamento do povo frente às mudanças constitucionais propostas e a articulação do conjunto das forças democráticas e os movimentos sociais e

Projeto Bresser

Também conhecida como reforma “Bresser-Pereira”, a Emenda Constitucional nº 19/98, da chamada “reforma administrativa”, foi promulgada após 34 meses de tramitação, entre a Câmara e o Senado. E foi coordenada pelo economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado do governo FHC.

Emenda da Reeleição

A aprovação da Emenda Constitucional nº 16/97, elaborada por encomenda do então presidente FHC, permitiu a reeleição para cargos executivos em todos os níveis. A manobra política que o beneficiou nas eleições de 1998 foi aprovada sob protestos e mobilizações dos partidos da oposição, principalmente do PT, e denúncias de corrupção, por compra de votos de parlamentares. A oposição instalou CPIs (comissões parlamentares de inquérito) para investigar as denúncias. Mas, FHC e aliados conseguiram abafar o caso.

sindical. A primeira das campanhas de massa indicada era contra a Reforma da Previdência, proposta pelo governo.

Em agosto de 1997, o PT realizou seu 11º Encontro em meio ao

escandaloso processo de aprovação da **Emenda da Reeleição**, que não deixara dúvidas sobre a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência. Frente a isso, o PT tinha nas linhas programáticas para a disputa eleitoral de 1998, a defesa da democratização radical da sociedade e do Estado; uma presença soberana do Brasil no mundo, uma nova economia sustentável e solidária, para acabar com a exclusão social, e indicava a necessidade da resistência popular ao neoliberalismo e a sua política de estabilização monetária, desestruturação produtiva e exclusão social.

A resolução desse Encontro também afirmava a necessidade do PT consolidar uma frente de oposições para as eleições de 1998, visando concretizar um programa com três eixos fundamentais: o *nacional*, voltado a uma nova ordem internacional, onde cada país tenha presença soberana; o *social*, voltado a enfrentar a situação de exclusão da maioria da população; o *democrático*, voltado a uma reforma radical do sistema político, ampliação e garantia da cidadania e dos direitos humanos e estabelecimento de mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado.

Banco Mundial (World Bank) ou BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento)

É uma agência das Nações Unidas criada em 1º de julho de 1944, sediada em Washington (EUA), para ajudar os países que foram destruídos na Segunda Guerra Mundial.

OMC – Organização Mundial do Comércio

É um organismo “multilateral” criado em 1995, na sexta rodada de negociações do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), no Uruguai, para regulamentar as trocas internacionais e promover o “livre” comércio. Inicialmente foi criada para implementar e fiscalizar mais de vinte acordos multilaterais sobre comércio já existentes, entre eles, o mais importante, o GATT, estabelecido em 1948. Com funções executivas, legislativas e judiciárias, a OMC possui um poder supranacional capaz de punir qualquer iniciativa de proteção social, trabalhista ou ambiental que viole as regras do comércio “livre”.



programa de Lula à Presidência da República.

O PT afirmava: *o governo FHC fracassou*. O país, depois de seu governo, experimentou a estagnação, a desnacionalização da economia, o aumento da dependência externa, degradação da infraestrutura, aumento da desigualdade social, elevado nível de desemprego. A participação dos salários no PIB, naquele período, foi mais baixa que nas últimas décadas. O país possuía 7,6 milhões de desempregados, 53 milhões de pobres, 23 milhões de

indigentes (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA). O avanço da crise social trouxe aumento dos índices de violência, maior ofensiva do crime organizado, a insegurança e desorganização da sociedade. As políticas sociais de FHC, quando existiram, não foram além de medidas paliativas e compensatórias destinadas à propaganda política. A resolução demonstrava que a política econômica do governo FHC produziu sucessivos déficits nas nossas contas externas e crescimento da dívida interna, uma

Esses eixos foram retomados no Encontro Nacional Extraordinário, de maio de 1998.

No 12º Encontro Nacional (dezembro de 2001), o PT aprofundou o programa democrático-popular indicando os eixos e propostas que seriam incorporados ao



fragilidade cambial e fiscal que expôs o país à estagnação econômica e financeira internacional e serviu de pretexto para a implementação de uma política econômica que favorecia apenas o grande capital, especialmente o financeiro.

A política de desmonte do Estado e a privatização irrestrita, acompanhada pela precariedade das políticas de regulação, resultaram no dramático racionamento de energia. Ao recorrer ao FMI, o governo FHC deixou exposta a vulnerabilidade do país. Negociou um

acordo que apenas empurrou para frente o agravamento da crise, reforçou os termos do ajuste fiscal ditado pelo Fundo, que amarraram o investimento produtivo e as políticas sociais, e se comprometeu a aprofundar a privatização.

A resolução evidenciava que o modelo neoliberal patrocinado por FHC foi a versão local de um conjunto de reformas conservadoras internacionais, centrado na liberalização comercial e financeira, na desregulamentação econômica, nas

FMI - Fundo Monetário Internacional

Instituição financeira que congrega 182 países. O FMI tem como finalidade básica emprestar recursos aos países membros que estejam com dificuldades de cumprir com seus pagamentos a outros membros.

privatizações, na quebra de direitos trabalhistas, na guerra fiscal, posto em prática desde meados dos anos 1980, processo que destruiu parte das economias domésticas, jogando na pobreza populações inteiras, acentuando os movimentos migratórios, os conflitos étnicos, o racismo e a xenofobia, gerando tensões sociais e políticas nacionais e internacionais.

O texto da resolução mostrou que a blindagem internacional do modelo neoliberal foi gerenciada pelas instituições multilaterais como o **Banco Mundial**, a **OMC** e o **FMI** que monitoraram a liberalização comercial para garantir as práticas monopolistas das grandes corporações transnacionais e favorecer o capital financeiro.

Os EUA pressionavam para implantar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e induziram à dolarização algumas economias da região. A implantação da Alca só beneficiaria os Estados Unidos da América. Em resposta, o PT apontou que ao Brasil

Mercosul – Mercado Comum do Sul

Tratado econômico criado para integrar as relações comerciais pra o livre comércio entre o Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela. Além de articular as relações comerciais, o Mercosul também propõe articular iniciativas de integração política, social e cultural entre estes países, fortalecendo suas relações com outros blocos econômicos e países.

caberia lutar pela abertura dos mercados dos países ricos, preservar sua vocação multilateral de comércio, estimular o fortalecimento do **Mercosul** em novas bases políticas, institucionais, tecnológicas e culturais.

Constatando a crise do neoliberalismo no Brasil e em nível internacional, bem como a resistência as suas políticas em nível global, o PT indicou o abalo de toda a concepção política e econômica neoliberal. Sendo o neoliberalismo a ideologia dominante, seu enfraquecimento abria uma oportunidade histórica para a esquerda em todo o mundo, e para o PT tanto de aprofundamento da defesa dos valores do socialismo democrático quanto da reconstrução do Brasil, a partir da realização de um amplo movimento nacional capaz de resgatar a soberania



do país, implementar um programa de reformas, instituindo um modelo alternativo de desenvolvimento, e fortalecer a auto-estima do nosso povo.

O 12º Encontro dizia: *nosso governo irá liberar estas energias criativas e renovadoras*. Por isso, o programa democrático-popular de esquerda deveria articular três eixos: o social, o democrático e o nacional. Com a orientação de promover uma inserção internacional soberana do Brasil, visando seu crescimento

sustentado, do ponto de vista econômico e ambiental, no sentido de superar a exclusão social.

O PT, então, se propôs a impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massas para promover a inclusão de 53 milhões de brasileiros pobres, e universalizar as políticas sociais básicas. A perspectiva apontava a necessidade de resolução do drama histórico da concentração de renda e riqueza. Isso implicaria a mudança da

estrutura produtiva assegurando ao Estado a capacidade de dispor de parcela do excedente econômico para financiar políticas sociais e de desenvolvimento; a democratização da propriedade, com uma profunda reforma urbana que garanta habitação e acesso aos serviços públicos; uma ampla reforma agrária e apoio à agricultura familiar; o fim da violência e da impunidade do latifúndio.

Implicaria também a realização da reforma tributária e a afirmação de políticas de inclusão social a partir da recuperação do salário mínimo de forma progressiva e sustentável; tolerância zero com a fome, mediante a ampliação da produção e distribuição de alimentos; prioridade à educação pública, com ênfase na universalização e na qualidade, fomento ao conhecimento e ao ensino profissionalizante, através de programas bolsa-escola associados ao atendimento integral das crianças pobres e implantação de programas de renda mínima. As universidades públicas devem ter um papel destacado como pólos culturais e tecnológicos, auxiliando a sociedade na busca de soluções para os problemas culturais, sociais e econômicos.

O programa deveria ainda enfatizar: a implantação universal do Sistema Único

de Saúde, com destaque à medicina preventiva, fortalecimento de programas como médico de família e garantia de acesso aos remédios e ao atendimento hospitalar como um direito humano elementar; uma política nacional de segurança pública, priorizando a segurança do cidadão como um direito.

O novo modelo de desenvolvimento deveria ter na sustentabilidade um valor essencial, estruturado na questão ambiental, regionalização das políticas de governo, com vistas a superar as desigualdades e reconstituição em novas bases do pacto federativo e a inclusão social, com direitos humanos e a promoção da solidariedade e da cidadania. Nesse sentido, voltar a crescer sustentadamente seria tanto uma exigência quanto uma possibilidade histórica para o Brasil, centrando o dinamismo no mercado interno e na expansão do consumo de massas, sem abrir mão das perspectivas e das necessidades de exportação.

O crescimento da economia, condição necessária para enfrentar a questão do desemprego e precarização das relações de trabalho, acompanhado de políticas de emprego e redistribuição de renda e riqueza. O Estado deveria ainda desempenhar um novo papel

regulador com programas de fomento para micro, pequenas e médias empresas; de requalificação da mão de obra; de adensamento e estruturação de cadeias produtivas, estimulando a substituição de importações. Numa economia internacionalizada, o Estado deveria cumprir um papel decisivo na articulação e inserção dos setores dinâmicos da produção no contexto dos mercados globais. Ao Estado caberia também apoiar, orientar e financiar projetos de produção cooperativa, tanto no campo quanto na cidade, incentivando as variadas formas de economia solidária; desempenhar um papel estratégico nas atividades de infraestrutura, financiamento, ciência e tecnologia em segmentos como petróleo, energia, transporte, saneamento, bancos e outras áreas consideradas estratégicas.

O PT indicava ainda que a reconstrução de um sistema de financiamento do desenvolvimento se apoiaria no fortalecimento do Banco do Brasil, das instituições de crédito - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF) etc; no desenvolvimento do cooperativismo de crédito, mediante legislação de sustento e articulação com os bancos oficiais

federais; na ampliação do direcionamento específico de crédito (agricultura, habitação e saneamento, tecnologia, pequenas empresas etc); na ampliação da poupança interna de médio e longo prazos, mediante a constituição de previdência pública complementar e legislação positiva para a previdência privada sem fins lucrativos (fundos de pensão) e fortalecimento dos fundos de poupança compulsória; investimento direto estrangeiro nos marcos de uma política de seletividade que favorecesse o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e integração de nossa indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico. Papel fundamental era atribuído ao estabelecimento de uma política externa de defesa comercial ativa.

A resolução sinalizou também que o Brasil deveria ter uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública e que a política fiscal deveria significar, antes de tudo, a preservação da solvência do Estado, através de uma estratégia para a política de juros internos que reduzisse

sensivelmente o comprometimento do orçamento, superando a política de crescentes superávits primários, garantindo assim a ampliação de políticas públicas sociais e econômicas. A resolução previa que a redução da fragilidade externa promoveria um recuo das taxas de juros domésticas, diminuindo a pressão sobre o crescimento da dívida e reduzindo a imprevisibilidade da sua trajetória.

Em relação ao aperfeiçoamento da democracia, o 12º Encontro, retomando formulações dos encontros anteriores, dizia que a construção da democracia política no Brasil deveria conjugar-se com o aprofundamento da democracia econômica e social. A democracia política teria três prioridades básicas: os direitos humanos e a cidadania, a reforma das instituições e da representação política e o controle democrático do Estado pela sociedade. Essas prioridades articulariam o combate aos preconceitos relacionados com raça, gênero, orientação sexual, condição física ou mental; o combate a todas as formas de violência que ameaçam de forma crescente a sociedade brasileira, especialmente as que atingem as mulheres, no lar ou fora dele, e contra as crianças e adolescentes.

A resolução indicou a necessidade de uma ampla e profunda reforma política e institucional com vistas a democratizar o poder e conferir eficácia e governabilidade ao sistema político, por meio da adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, da fidelidade partidária, redefinição da representação dos estados na Câmara Federal, fim da imunidade parlamentar para crimes comuns, limitação da edição de medidas provisórias (MPs). Apontava a importância de um novo pacto federativo, com o fim da guerra fiscal, reforma e controle externo do Poder Judiciário. E a democratização dos meios de comunicação como aspecto central da reforma do Estado possível.

Para enfrentar a blindagem internacional ao neoliberalismo globalizado, a resolução indicou a necessidade de recuperar valores como a cooperação internacional, a afirmação da soberania nacional e da luta contra a desigualdade como valores centrais de nossa política de relações internacionais. O Brasil deveria usar seu peso internacional para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas por sua identidade e autonomia.

Voltamos ao III Congresso

As resoluções iniciam fazendo uma caracterização fundamental:

O governo Lula é comprometido com a autodeterminação dos povos, com a integração da América do Sul e com o diálogo entre os países periféricos do mundo. Não é um governo da elite que representa o grande capital, é um governo popular, que está fazendo políticas públicas inclusivas em todas as áreas, que investe em educação, na geração de empregos, na reforma agrária e que defende os direitos humanos.

Reconhecendo o governo Lula como um governo de esquerda, a resolução apresenta um rápido balanço do governo Fernando Henrique Cardoso.

Caracterizando o legado de FHC como uma herança maldita para o Brasil, a resolução afirma que sua política impediu a construção de um projeto soberano de nação e produziu indicadores sociais comparáveis aos dos países mais pobres do mundo. O país não realizou plenamente sua reforma agrária; concentrou renda a ponto de ter figurado entre as mais elevadas do mundo; produziu taxa de juros das mais altas do planeta; criou um extraordinário déficit habitacional e violência urbana.

Em 2003, quando Lula chegou à presidência da República, nosso país



estava à beira da falência: com uma dívida externa de 210,7 bilhões de dólares e “Risco Brasil” acima de 2 mil pontos. Nosso governo reduziu a dívida para 161 bilhões de dólares, “Risco Brasil” para a casa dos 200 pontos – menor índice de sua história – além de zerar a dívida com o FMI.

A dívida líquida, que entre 1994 e 2002 saltou de 30% para 55,5% do PIB (Produto Interno Bruto), desde 2004 vem recuando. No governo FHC, a relação da dívida externa líquida com o PIB passou de 17,4% para 35,9%. Em nosso primeiro governo baixamos para 9,4%.

Durante os oito anos de governo tucano na Presidência da República, as reservas internacionais do Brasil caíram de US\$ 37,9 bilhões para US\$ 16,3 bilhões, deixando nossa economia absolutamente vulnerável e ameaçando nossa soberania. O Governo do PT inverteu essa tendência. Estas reservas cresceram para US\$ 158 bilhões, garantindo a estabilidade necessária ao país.

E as mudanças não terminam aí. O saldo comercial acumulado, entre 1995 e 2002, sofreu um déficit de US\$ 8,6 bilhões. No nosso governo houve um superávit de mais de US\$ 120 bilhões e um crescimento de mais de 100% em



nossas exportações. Os juros, em vertiginoso aumento até 2002, pela primeira vez estão abaixo dos 12% anuais.

No governo FHC, o desemprego atingiu mais de 13% da população, a violência cresceu fortemente, a cultura passou a depender da vontade do setor privado e as políticas sociais foram violentamente fragmentadas e

fragilizadas. Na educação, o compromisso com a qualidade foi abandonado e as escolas públicas passaram a ser sinônimo de sucateamento e desamparo. O ensino superior foi largamente privatizado, comprometendo sua qualidade.

O governo Lula iniciou uma revolução democrática que pretende mudar a sociedade, por meio da

ICMS

É o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços. Na maior parte dos casos o ICMS, que é embutido no preço, corresponde ao percentual de 18%. No caso de alimentos básicos, como arroz e feijão, o ICMS cobrado é de 7%. Já para produtos considerados supérfluos (cigarros, cosméticos e perfumes), cobra-se o percentual de 25%. Em alguns estados, como São Paulo, o ICMS é a maior fonte de recursos financeiros.

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado ou Agregado.

É um imposto indireto sobre todas as transações envolvendo bens ou serviços.

conscientização da população, ampliando a participação e a construção de hegemonia. Ao mesmo tempo, o governo propõe mecanismos de defesa contra os retrocessos político, econômico e social. Destacando as políticas do primeiro governo e realizando uma avaliação do início do segundo mandato (ver balanço do governo Lula no Módulo II), o PT reafirmava o compromisso com as políticas historicamente defendidas e presentes no programa que reelegeu o presidente em 2006.

Além da reforma política e de mudanças na política econômica – com predominância do desenvolvimento sobre a estabilidade – temos de lutar por uma ampla reforma do Estado brasileiro. Não é só a reforma da gerência e da administração pública, mas a do papel do Estado no desenvolvimento.

Reforma do Estado

A batalha ideológica em torno do PAC é se o Estado pode ou não financiar e planejar o desenvolvimento. Entendemos que deve financiar e planejar. O Estado pode mudar a estrutura de renda e a participação do trabalho na renda nacional. A reforma do Estado deve espelhar as mudanças pelas quais o Brasil está passando.

O país está mudando, está sendo apropriado pelas classes populares e tem outra estratégia de desenvolvimento que o povo escolheu nas urnas. O PT deve estar preparado para discutir o PAC e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que são mais que planos burocráticos, podendo se transformar em grandes caudais de mobilização social, política e cultural.

Reforma Tributária

Temos de completar a reforma tributária, que não pode se limitar à unificação do ICMS e à criação do IVA, mas ser uma reforma que mude a distribuição de renda na sociedade brasileira.

Até agora isso foi feito por meio de políticas sociais e aumento de salário mínimo.

Distribuição de Renda

Promover a distribuição de renda também pela inclusão no mercado de trabalho e de consumo, pela política de moradia e reforma urbana, de apoio às pequenas empresas e pela geração de empregos.

Mercado Interno

Criar o mercado interno que, com a integração da América do Sul, dê dinamismo ao capitalismo brasileiro e promova outro tipo de reforma. A partir daí poderão surgir outros temas em discussão, como a propriedade social e o caráter da empresa privada.

Mercado interno se faz com distribuição de renda.

G-8

Grupo dos líderes dos oito países mais industrializados, ricos e poderosos do Mundo: os EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Canadá e o presidente da União Européia. Não é uma instituição, não há qualquer tipo de constituição ou carta que o formalize, mas a forte influência que exerce sobre outras instituições internacionais garante que seus interesses prevaleçam sobre os interesses do resto do mundo.

Projeto de Desenvolvimento Nacional

Um dos grandes desafios a ser enfrentado é dar consistência e amplitude a um projeto nacional de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo.

O PT reafirmou o compromisso de consolidar um novo ciclo político da revolução democrática no Brasil, de avançar na construção permanente de um governo democrático e popular baseado em um projeto de desenvolvimento de longo prazo para o país. Por isso, reafirmou os seis eixos do programa eleitoral que sintetizam nossos compromissos com o povo brasileiro:

- Combate à exclusão social, à pobreza e à desigualdade;

- Aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento: crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental;

- Brasil para todos. Educação massiva e de qualidade. Cultura, comunicação, ciência e tecnologia como instrumentos de desenvolvimento e de democracia;

- Ampliação da democracia;

- Garantia da segurança para os brasileiros e as brasileiras;

- Inserção soberana no mundo.

Partindo da referência destes eixos, a resolução apontou como desafios:

- Compatibilizar crescimento econômico com inclusão social e desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade do meio ambiente deve ser uma meta transversal, permeando iniciativas governamentais e sociais como princípio na sociedade brasileira;

- Estabelecer papéis a serem desempenhados pelas áreas estatal e privada na implementação desse novo modelo de desenvolvimento, rechaçando a lógica do Estado mínimo.

- Taxar o capital financeiro, objetivando a desfinanceirização da economia. O sistema financeiro deve viabilizar o desenvolvimento das forças

produtivas, não gerando precarização nas relações de trabalho;

- Consolidar a inserção comercial do país no mercado mundial sem utilizar a prática da espoliação dos países pobres tal como fizeram e ainda fazem o G-8 e algumas das economias mais desenvolvidas do globo;

- Promover uma reforma agrária ampla, capaz de democratizar o acesso à terra e consolidar o homem do campo em seu ambiente, combatendo o latifúndio;

- Combater a violência e criminalidade de forma sistêmica, investir em assistência social e traçar um plano nacional de segurança, capaz de atender às mais diversas realidades urbanas e rurais do país balizados pelos direitos humanos e pelo respeito à vida;

- Inserir o Brasil no ambiente internacional com austeridade e soberania, divulgando uma cultura de paz, contra todas as guerras, fortalecendo as alianças sul-sul e entre países em desenvolvimento e empoderando o Mercosul na integração latinoamericana;

- Implantar em todo o território nacional infraestrutura de transportes adequada às nossas perspectivas de crescimento. Investimento nos setores aéreo, rodoviário, fluvial, marítimo e



ferroviário com uma logística eficiente que nos permita chegar com preços competitivos no cenário do comércio internacional;

- Mais e melhores aeroportos e portos; estradas que não representem riscos ao escoamento da produção e aos motoristas; e expansão das ferrovias, que devem passar a ser uma alternativa real de transporte;

- Compreender as Forças Armadas como reserva estratégica para a defesa nacional necessariamente subordinada ao poder civil. Exército, Marinha e Aeronáutica precisam adequar sua ideologia a um mundo em que a integração dos povos e cooperação devem ser os valores preponderantes,

impondo-lhes novas tarefas no cenário da globalização;

- Primar pelo resguardo e bom uso de nossos recursos naturais e sobre nossas riquezas (Amazônia, água, plataforma continental etc);

- Não admitir a espoliação de nosso petróleo, nossa água e nossos minérios dos mais variados tipos;

- A Petrobras tem de continuar em seu papel de principal gestora de nossa política de combustíveis, valorizando as energias alternativas (biodiesel, álcool, H-bio) e servindo de modelo para outros países;

- A geração de energia elétrica deve ser mediada pelo respeito ao meio ambiente, garantindo uma matriz que

atenda aos anseios de desenvolvimento de nossa sociedade;

- O Brasil é dono da maior quantidade de água potável do mundo, com bacias como a do Rio Amazonas, do Pantanal e aquíferos como o Guarani. A água é o petróleo do futuro, e um elemento estratégico para nosso país sendo crucial termos políticas de preservação e bom uso desse recurso;

- A discussão sobre a licitude da privatização e o apoio ao plebiscito popular, que discute o leilão da Vale do Rio Doce devem estar entre as bandeiras do PT para o próximo período, pois somente assim voltaremos a ter soberania sobre nossos recursos minerais.

Estrutura e funcionamento



Como já apontamos, desde a sua fundação, o PT afirmou seu compromisso com a solidariedade entre os povos e o respeito entre as nações. Esses compromissos políticos e históricos mudaram a sua estrutura interna e o fizeram bastante diferente dos demais partidos tradicionais.

No 1º Encontro Nacional, em 1981, o partido entre outras resoluções aprovou seu regimento interno. Nele foram regulamentadas a existência dos núcleos de base, encontros zonais, municipais, estaduais e nacional. No 3º Encontro, em 1984, o partido aprovou uma resolução sobre finanças, com o objetivo de regulamentar as formas pelas quais os/as trabalhadores/as sustentariam o seu instrumento político. Esse encontro também define que os núcleos de base devem expressar a inserção de seus militantes nas lutas sociais, nos bairros, nas escolas, nos locais de trabalho. É na ligação com as lutas concretas que estão as motivações, o dinamismo e a razão de existir os núcleos de base. Desde cedo, a formação política foi uma preocupação do PT com seus militantes. Portanto, foi definida uma proposta que qualificasse a ação da militância mas que contivesse em seu interior o aprendizado dessas experiências da militância.

No 4º Encontro, realizado em 1986, os destaques são organização partidária, aprovação da linha sindical e um plano de ação que prepara o PT para a atuação na conjuntura nacional. Esse encontro discutiu ainda a atuação do partido no processo constituinte, que irá criar uma nova Constituição Brasileira. Nesse encontro também foi aprovado o direito de tendência (regulamentado no encontro seguinte).

Democracia começa em casa

Em 1987, no 5º Encontro, o PT definiu as bases para o Programa Democrático-Popular, reafirmando novamente sua vocação democrática. Desde o início, o PT defende que para atingir uma sociedade socialista e democrática não pode prescindir da democracia interna, ou seja, terá que ser ele próprio democrático nas relações internas do partido. Dessa forma, o PT se constitui respeitando o direito de expressão das minorias. Também vem estimulando o debate de ideias entre correntes distintas, garantindo o direito de tendência e a proporcionalidade na composição das direções. Ao mesmo tempo amplia as possibilidades de participação dos/as militantes de base

em outros espaços, além dos núcleos, como plenárias e grupos de apoio.

Diante da falta de correspondência entre a força real, a representatividade social do PT e sua estrutura orgânica, o partido aprovou no I Congresso várias resoluções para aprimorar a sua organização interna, incorporando ao Regimento do partido as prévias, as plenárias de filiados, os fóruns de consulta, fóruns decisórios e setoriais e os mais diferentes tipos de articulação e espaços que a militância deve buscar para intervir na sociedade. A adoção das novas formas de organização partidária também considerava as diversidades regionais do Brasil. No processo de consolidação da construção partidária combinada com a estratégia de transformação da sociedade brasileira, o PT adotou como medidas concretas: a elaboração de um projeto político a partir das diferentes realidades socioeconômicas dos estados; a descentralização e regularidade da informação e formação política; maior integração das bancadas estaduais e federal; a criação de novos mecanismos de comunicação; e dinamização de fóruns específicos.

Nesse congresso, o PT foi afirmado como um partido com tendências e não um partido de tendências. Para avançar



ampliando a democracia e o pluralismo interno, o PT definiu novas medidas de regulamentação do direito de tendências e reforçou a necessidade do direito de participação dos filiados não agrupados nas instâncias partidárias.

Ampliar a participação das mulheres, democratizar a comunicação

Uma medida bastante ousada ainda no I Congresso foi o estabelecimento da cota de gênero, garantindo a participação mínima de 30% de mulheres nos cargos de direção. Essa decisão, além de ser um passo importante na construção da

democracia de gênero no PT, foi um marco na história de lutas do movimento feminista no Brasil.

No III Congresso Nacional do PT, em outubro de 2007, o partido reafirmou uma das importantes bandeiras feministas, aprovando resolução de defesa da autodeterminação das mulheres, da descriminalização do aborto e a regulamentação do atendimento de todos os casos no serviço público, evitando assim a gravidez não desejada e a morte de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem.

Na dinâmica das lutas sociais e políticas, foi se forjando um dos maiores partidos de esquerda do país. Nos 8º e 9º Encontros, o PT foi afirmando-se como um partido dirigente, de massas e democrático.

O 10º Encontro, em 1995, indicou a necessidade de uma nova direção que expressasse as bases social e eleitoral do partido. Como tarefas, a militância aprovou a intensificação da política de comunicação, por meio do fortalecimento dos instrumentos existentes e a criação de novos. O PT entende que a luta pela democratização da comunicação não pode prescindir da criação e sustentação de meios alternativos. Também indicou no



10º Encontro a importância das rádios livres e comunitárias, como instrumentos concretos capazes de disputar parcialmente o espaço ocupado pelo monopólio das comunicações. Para tanto, orientou a todos/as petistas assumirem a luta pelas rádios livres, às prefeituras lutarem pela criação de canais de TV UHF, entre outras medidas de ampliação do direito da população à comunicação.

Foi ainda nesse Encontro que o PT decidiu priorizar uma política de finanças democrática e transparente. Interiorizar o partido no país, concretizando uma descentralização política, administrativa e financeira do PT, não apenas na criação de escritórios regionais, com condições

humanas e materiais, mas também com a retomada das caravanas, de um plano de criação dos diretórios e realização de atividades do partido em outros estados e regiões. Retomada da campanha de filiação e refiliação de forma politizada, revisitando os milhares de filiados/as. Ampliar a nucleação e a formação política. Para o PT, a democracia partidária só existe plenamente quando há capacitação política da militância. Portanto, deve se materializar no acesso de todo/a petista à informação e à formação. Outra tarefa deliberada no Encontro refere-se à abertura dos diretórios e núcleos para a sociedade, visando que estes sejam espaços sociais e culturais para a comunidade, além de ponto de apoio para as lutas e reivindicações.

No II Congresso, em novembro de 1999, a resolução sobre "Construção Partidária" faz uma avaliação sobre a necessidade do partido corresponder aos desafios da luta social no país. "O PT é uma grande organização política, que atua em várias frentes, na luta social, no parlamento, nos governos estaduais e municipais. Nossa organização e estruturas não estão à altura dos desafios presentes em cada uma dessas frentes de luta". E faz uma autocrítica: "O partido está muito voltado sobre si mesmo. Durante as eleições e campanhas existe mais abertura para a

sociedade. Milhares de novos/as ativistas se somam às nossas fileiras, a maioria se afastando após os pleitos". Advertindo: "isso tem que mudar". Como alternativa, o PT reafirma como imperioso a abertura dos núcleos e diretórios do partido para a juventude, trabalhadores informais, pequenos, micros e médios empresários, além de reconstituir laços com setores tradicionais históricos, como operários industriais, amplos setores da classe média, artistas e intelectuais. O PT orientou a transformação de cada sede do partido, em um centro de atividade política, cultural e de lazer, aberta diariamente para proporcionar aos jovens, mulheres, idosos uma área onde eles possam conviver, se encontrar, estudar, aprender e ensinar.

Nesse momento, o PT retomou o debate da deficiência sobre a comunicação partidária e propôs novamente a implantação de um jornal de circulação nacional e do portal do PT na internet, para ampliar o acesso às opiniões do partido. Outra medida para radicalizar a democracia interna foi o Processo de Eleições Diretas (PED) para a escolha de direções em todos os níveis – realizado pela primeira vez em 2001. Também definiu a ampliação e fortalecimento dos setoriais como espaço para elaboração temática do partido. Indicou a necessidade de realização de conferências, plebiscitos,

referendos e eleições prévias, como formas de consulta aos filiados/as. Reafirmando a política de cota de 30% de mulheres nas direções e a subordinação das bancadas parlamentares às instâncias de direção e às resoluções adotadas pelos diretórios. Aprovou ainda a regulamentação das macros e microrregiões estaduais. Na mesma perspectiva, recolocou a necessidade de aperfeiçoar o processo de formação política e comunicação. Decidiu estreitar e intensificar as relações das secretarias nacionais do PT com a Fundação Perseu Abramo para promoção da reflexão, do debate e produção de materiais voltados para a ampliação da cultura política da militância.

Sem distanciar-se da dinâmica da sociedade, o PT chegou aos 27 anos. No decorrer dessa trajetória, viveu várias crises e soube enfrentá-las e superá-las. Com maturidade, mas sem perder a irreverência característica de quem busca construir uma nova sociedade, deu mais um passo importante nesse desafio: a construção do Brasil que queremos. Uma tarefa que não é para quatro anos. Não se limita a um governo, mas norteará o processo de construção de novos valores na sociedade, garantindo pluralidade, desenvolvimento com sustentabilidade, o fim das desigualdades, preconceitos e todos os tipos de opressão. Uma tarefa

que não é para poucos e, para que seja mais sólida, não poderia prescindir da discussão de suas crises. A mais grave delas, pela sua natureza e dimensão, foi a de 2005.

Portanto, em nosso III Congresso Nacional, realizado entre 31 de agosto e 2 de setembro de 2007, com 927 delegados e delegadas de todo o Brasil e observadores/as de 32 países, o PT apontou caminhos para fortalecer o partido, particularmente sua democracia interna, os setores nos quais nossa intervenção é estratégica, e proporcionou uma reavaliação sobre a experiência do primeiro mandato governando o Brasil e a enorme crise política pela qual passamos em 2005 e 2006.

Enfrentar os problemas, superar a crise

Ao admitir que a crise, “que é do sistema político brasileiro, que enfraquece programas e partidos, personaliza o debate e privatiza os interesses, também é uma crise do PT, decorrente de opções feitas pelo partido, do crescente acesso a mandatos, do distanciamento das lutas sociais e da nebulização de nosso projeto estratégico”, o Partido reafirmou que o funcionamento e a organização devem

estar sintonizadas com as expectativas da sociedade brasileira, oferecer correções à organização e fortalecer o vínculo deste com sua militância.

O esforço da nossa militância e a capacidade de compreensão do povo brasileiro quanto ao que estava em jogo na tentativa das elites de interditar o projeto popular representado pelo governo Lula, foram decisivos para a superação da crise. No entanto, o conjunto das forças petistas deve realizar uma autocrítica profunda sobre o ocorrido e analisar suas causas para não mais reproduzi-las.

Parte da crise se deveu a um processo de entendimento inadequado da relação partido e governo já no início da gestão Lula. O PT deixou de assumir uma posição de autonomia, portando-se quase como “correia de transmissão” das posições do governo junto à sociedade e à nossa base social.

Outro erro foi dar ao partido a responsabilidade de compor politicamente o governo, preenchendo com outros partidos os cargos da administração pública. A responsabilidade pela composição política de um governo deve ser do próprio governo, pois nem sempre os interesses do partido coincidem com os da administração.

Erramos também na forma de consolidação da nossa base de sustentação político-parlamentar. Já em 2003 se apresentava a necessidade do estabelecimento de um governo de coalizão, que tivesse o PMDB como um de



seus principais integrantes. Ao invés disso, optamos por alianças congressuais com pequenos partidos, de ampla diversidade ideológica e forte heterogeneidade. Além disso, os fundamentos dessas alianças se davam em bases tradicionais, sem a referência de um programa mínimo, como feito agora, e muito marcadas por interesses em cargos, emendas orçamentárias ou, ainda, de apoio ao financiamento de campanhas eleitorais.

Infelizmente, a governabilidade institucional foi a única que buscamos, relegando a segundo plano a sustentação pelos movimentos e por outros atores sociais.

○ PT errou ao conferir, a partir de 2003, certa exclusividade para as tarefas governamentais e institucionais, sem combinar com as tarefas de organização do movimento social e da militância, abrindo fissuras na relação com sua base social nos primeiros anos do governo Lula.

Outro sério equívoco que cometemos foi a não priorização da aprovação da reforma política já em 2003. Apesar do enorme capital político de que dispunham Lula e o governo, ficamos reféns de pequenos partidos de nossa base de sustentação parlamentar que a ela se

opunham, particularmente ao item do financiamento público de campanhas eleitorais. Sem a adoção do financiamento público, situações como as que vivemos em 2005 seriam absolutamente previsíveis.

○ distanciamento do partido em relação à sua base e o funcionamento de núcleos de poder paralelos à direção partidária (ainda que formados por integrantes dessa mesma direção) terminaram também por contribuir com a crise.

○ PT errou, também, ao envolver-se, sem o devido debate interno, com o financiamento de campanhas de aliados e assumir riscos graves em relação às finanças do partido. Um ambicioso projeto de poder político para as eleições de 2004, que incluía a tentativa de eleger centenas de prefeitos em todo o país, e, conseqüentemente, a necessidade de fundos para a sua concretização, contribuíram para o esforço temerário de buscar recursos de forma diferente daquela que o partido tradicionalmente utilizou. O padrão das campanhas eleitorais em 2004, em todo o país, ampliou a necessidade de recursos financeiros ao mesmo tempo em que a mobilização da militância foi deixada em segundo plano.

○ PT afirmou ainda que sobre todas essas questões, as responsabilidades devem ser apuradas, assim como problemas estruturais devem ser examinados a fundo, com o acompanhamento de um processo de reflexão que, por um lado, preserve nossas conquistas e, por outro, elimine as nossas fragilidades.

Visando fortalecer o partido e superar os problemas identificados, o III Congresso aprovou um conjunto de resoluções voltadas ao aperfeiçoamento da organização de setores e áreas do partido de maneira a reforçar a democracia interna, a pluralidade e a riqueza de experiências do PT.

Dos movimentos populares nascem as políticas públicas

Nesse sentido, o PT reconheceu que os setoriais cumprem papel decisivo na organização, articulação e mediação entre o partido e os movimentos sociais e populares. Ao definir uma série de

tarefas para estreitar a relação entre a militância petista que atua em várias frentes de massa, movimentos sociais e populares, o PT definiu mecanismos de diálogo permanente sobre a sua política para os segmentos e os subsídios dos movimentos ao partido para aprimorar a tomada de decisões sobre temas relevantes para a sociedade e os movimentos sociais.

A partir desse entendimento, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares, que reúne os setoriais (Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Comunicação Comunitária, Pessoas com Deficiências, GLBTT, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana,

Assistência Social, Assuntos Indígenas, Transportes, Economia Solidária, Mineral, Moradia, Segurança Alimentar e Ciência e Tecnologia) passará à **Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais**. Ao lado das secretarias de Juventude, Mulheres, Cultura, Meio Ambiente e Combate ao Racismo, consideradas secretarias setoriais, a nova pasta reforça a política do partido de democratizar as decisões internas, orientar politicamente sua militância e tornar transparente as posições do PT.



Juventude e Formação sem as velhas fórmulas

Também registrou a necessidade de um novo modelo de organização para a juventude petista, por reconhecer o papel estratégico que este segmento pode cumprir na superação de velhas práticas, no reencantamento para o exercício da ação política e, como consequência, na formação de uma nova geração de dirigentes comprometidos com a construção de um partido socialista, democrático, militante, dirigente e de massas. Para isto, o PT aprovou neste Congresso a



realização do I Congresso da Juventude, que permitirá substituir o atual modelo de organização setorial para a expressão pública do PT no setor juvenil.

Para o PT não há como fortalecer a organização sem o aprimoramento da democracia interna, tampouco sem o investimento na formação política da militância. Tratam-se de processos simultâneos e que se alimentam reciprocamente. Nesse sentido, aprovamos no III Congresso a criação da Escola Nacional do PT, que terá a finalidade de implementar, em caráter permanente, a política nacional de formação do partido dos Trabalhadores. Uma formação coerente com a característica plural e democrática do partido, estimuladora do exercício crítico, que supere o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas, conforme aponta o artigo 241 do Estatuto do PT. "Sua metodologia deve adotar como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no partido e na sociedade, fazendo do debate, da dúvida e da polêmica, uma estratégia sempre presente em suas atividades". A Escola Nacional ficará abrigada na Fundação Perseu Abramo e irá se deter em três tarefas essenciais para o próximo período: concepção sobre a sociedade brasileira e a democracia; o capitalismo e

o socialismo democrático; e os fundamentos da organização partidária. Conteúdos que alimentarão não apenas novos militantes, como dirigentes e gestores.

No PT, todo/a militante, seja de base, ministro, governador, parlamentar, liderança sindical ou popular não ocupará espaço privilegiado na direção partidária pela representação que exerça na sociedade, mas pela escolha direta da militância petista - PED. Diferente de outros partidos, cuja fonte de poder partidário advem de quem tem voto na sociedade e não pela força da militância, no PT, as ideias e projetos coletivos são o que vale, assim como o Estatuto e seu Programa. O voto de cada militante do PT tem o mesmo peso e, desde 2001, ao implementar o Processo de Eleições Diretas, a militância petista passou a escolher diretamente suas direções. Essa conquista ampliou radicalmente sua participação nos processos de tomada de decisão. Reforçamos essa conquista no III Congresso, com o compromisso de aprimorá-la, assegurando a qualidade da democracia interna, a manutenção da proporcionalidade como método de composição das instâncias e a duração de dois anos para os mandatos dos membros efetivos e suplentes das direções partidárias, dos conselhos

fiscais e comissões de ética, das coordenações das macro e microrregiões. Resolução que a ser apreciada no Encontro Nacional de 2009 e aplicada aos processos de renovação posteriores.

O III Congresso recolocou ainda a discussão sobre filiações para qualificar a participação da militância no partido. Devemos facilitar o acesso de quem tem interesse em se filiar ao PT, mas essa chegada deve ser acompanhada de uma política de formação, para que o ingressante tenha contato com a direção do PT local e conheça nossa história, princípios e objetivos. Visando a qualificação da prática partidária, o PT definiu também nesse momento a elaboração de um Código de Ética.

Ao admitir a insuficiência dos mecanismos de comunicação partidária com a sua militância e entendendo a necessidade de adotar medidas para a construção de uma política de comunicação de massas, capaz de enfrentar a mediação deformada imposta pela mídia, o PT retomou a discussão no III Congresso, definindo a realização da I Conferência Nacional de Comunicação – realizada em abril de 2008. Com o objetivo claro de desenvolver uma política de comunicação capaz de estimular e disseminar o debate, unificar a ação, promover a troca de informações entre as

instâncias partidárias e dar as diretrizes gerais para a disputa de projetos na sociedade.

Na resolução congressual, o PT aponta o investimento na comunicação como estratégica para consolidação de um partido democrático e militante. E define: *é preciso criar mecanismos internos de comunicação, como um jornal semanal voltado para a militância petista e para a militância da esquerda política e social.* Cabe, também, dar prosseguimento às mudanças nas características da revista *Teoria e Debate*, para que ela possa servir efetivamente de instrumento para o debate político e cultural com a intelectualidade democrática e de esquerda.

I Conferência Nacional de Comunicação

O partido também enxerga a necessidade do aproveitamento das novas possibilidades tecnológicas para potencializar o Portal do PT na internet. Entre outras iniciativas, será criado o Sistema Nacional de Comunicação, instituída uma Política de Gestão da Informação que informatize todos os processos (filiações, contribuição financeira, apoio a prefeituras e vereadores etc.) e implantada a Rede PT Brasil, a 'intranet' do PT, que interligará

os diretórios nacional, estaduais, municipais e zonais”. De porte desse roteiro, a Conferência discutiu estratégias para democratização da comunicação interna do PT, a comunicação com a militância, a comunicação institucional, além de propor medidas que garantam controle social e debate na sociedade sobre o direito à comunicação. Entendendo como necessárias as propostas de avanços relativos às rádios comunitárias, uso de ferramentas de inclusão digital e critérios para destinação de verbas públicas para publicidade, a Conferência Nacional do PT aprovou a convocação, por parte do governo federal, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação Social, precedida de etapas municipais, regionais e estaduais.

Sobre a Fundação Perseu Abramo, o PT considera a concretização de uma antiga aspiração, o de construir um espaço, além das instâncias partidárias, para desenvolver a reflexão político-ideológica, contribuir para a formação política e realizar estudos e pesquisas com abrangência e pluralidade de opiniões. Com essa certeza, o III Congresso definiu que a Fundação Perseu Abramo cumprirá desafios importantes na ampliação da formação política para todos os estados e regiões



do país, da informação das ações do partido à militância e estreitamento do vínculo com a direção nacional do PT, de maneira a aperfeiçoar o compromisso da Fundação com a construção de uma nova hegemonia política no Brasil, capaz de fortalecer as transformações na sociedade defendidas pelo PT à luz da perspectiva socialista.

O PT indicou ainda como necessidades fundamentais para o aperfeiçoamento da democracia brasileira um Sistema Federal de Democracia Participativa.

Visando ainda caracterizar o Projeto de Desenvolvimento Nacional do PT e contribuir com o segundo mandato presidencial de Lula, o III Congresso aprovou resoluções específicas sobre

direitos humanos; superação da opressão de raça, gênero e classe; comunicação; cultura; educação; reforma agrária; reforma urbana e saúde.

O PT, desde sua fundação, esteve comprometido com políticas nessas áreas, as resoluções estão relacionadas com as formulações historicamente produzidas pelo PT para as lutas, reivindicações e propostas dos movimentos sociais nesses setores.

Ao percorrer nossa história, observamos a constante preocupação em adequar as estruturas à dinâmica de funcionamento, às mudanças na sociedade, ao esforço de elaboração e ação alimentado nas lutas sociais e nas experiências institucionais. Essa rica

experiência foi possível também porque trouxemos para dentro da organização a democracia e o respeito aos princípios éticos. Aliamos as contribuições dos movimentos social e sindical à nossa atuação política, produzindo políticas públicas e ações nos governos e no parlamento. É dessa forma que estamos gestando o Brasil que queremos. É para este projeto que cada um de nós, militante petista, cumpre tarefa decisiva: de protagonizar as mudanças em seu espaço, seja na escola, no bairro, no trabalho, no sindicato, no movimento popular, na academia, no teatro... Enfim, cabe a nós, militância petista, estimular transformações para mudar o retrato do Brasil.

Breve cronologia do Movimento pró-PT, dos Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores

Pré-PT

Julho de 1978

Bahia

No Congresso dos Trabalhadores de Petróleo, Lula lançou a ideia de formação de um partido político de trabalhadores/as.

11 de dezembro de 1978

São Bernardo do Campo (SP)

Sindicalistas discutem a proposta de criação de um partido de trabalhadores.

19 de janeiro de 1979

Porto Alegre (RS)

Lançamento nacional da ideia de criação de um partido dos trabalhadores durante encontro intersindical.

24 de janeiro de 1979

Lins (RS)

Sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), aprovam a tese, originalmente proposta por metalúrgicos de Santo André (SP), "chamando todos os

trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores". O documento ficou conhecido como *Tese de Santo André-Lins*.

1º de maio de 1979

São Bernardo do Campo (SP)

Lançamento público da *Carta de Princípios do PT* que conclui que "os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir essa tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido".

13 de outubro de 1979

São Bernardo do Campo (SP)

Na reunião, com 130 pessoas representando seis estados, realizada no salão de festas do restaurante São Judas Tadeu, é lançado oficialmente o *Movimento pelo Partido dos Trabalhadores*. Também foram aprovadas na ocasião,

uma **Declaração Política**, que expressa as conclusões dessa reunião; uma **Plataforma Política**, que indica as reivindicações que o Movimento pelo PT deve levar imediatamente; as **Normas Transitórias de Funcionamento**, que apontam sugestões básicas para a organização do PT em todos os níveis; e uma **Nota contra a Reforma Partidária** proposta pelo regime. Também é eleita a **Comissão Nacional Provisória**, composta por 17 pessoas, responsável por dirigir o Movimento pró-PT até junho de 1980.

Ato Nacional de lançamento do PT

10 de fevereiro de 1980

Colégio Sion

São Paulo (SP)

Com a presença de 1.200 pessoas, representando 18 estados, aprovaram por aclamação o **Manifesto de Lançamento do PT**.

Reunião Nacional de Fundação do PT

31 de maio e 1º de junho de 1980

Instituto Sedes Sapientiae

São Paulo (SP)

Aprovou o **Programa** e o **Plano de Ação**, o **Estatuto** do PT, referendou o **Manifesto de Lançamento**, além de eleger a **Comissão Diretora Nacional Provisória**.

Encontros e Congressos

1º Encontro Nacional

8 e 9 de agosto de 1981
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (SP)

1ª Convenção Nacional

27 de setembro de 1981
Brasília (DF)

2º Encontro Nacional

27 e 28 de março de 1982
Instituto Sedes Sapientiae (SP)

3º Encontro Nacional

6 a 8 de abril de 1984
Pampas Palace Hotel
São Bernardo do Campo (SP)

Encontro Nacional Extraordinário

12 e 13 de janeiro de 1985
Diadema (SP)

4º Encontro Nacional

30 de maio a 1º de junho de 1986
Hotel Danúbio (SP)

5º Encontro Nacional

4 a 6 de dezembro de 1987
Senado Federal
Brasília (DF)

6º Encontro Nacional

16 a 18 de junho de 1989
Colégio Caetano de Campos
São Paulo (SP)

7º Encontro Nacional

31 de maio a 3 de junho de 1990
Palácio de Convenções do Anhembi
São Paulo (SP)

I Congresso Nacional

27 de novembro a 1º de dezembro de 1991
Pavilhão Vera Cruz
São Bernardo do Campo (SP)

8º Encontro Nacional

11 a 13 de junho de 1993
Centro de Convenções
Brasília (DF)

9º Encontro Nacional

29 de abril a 1º de maio de 1994
Congresso Nacional
Brasília (DF)

10º Encontro Nacional

18 a 20 de agosto de 1995
Sesc Guarapari (ES)

11º Encontro Nacional

29 a 31 de agosto de 1997
Hotel Glória
Rio de Janeiro (RJ)

Encontro Nacional Extraordinário

23 e 24 de maio de 1998
Quadra dos Bancários
São Paulo (SP)

II Congresso Nacional

24 a 28 de novembro de 1999
Belo Horizonte (MG)

12º Encontro Nacional

12 a 14 de dezembro de 2001
Olinda (PE)

13º Encontro Nacional

28 e 30 de abril de 2006
Quadra dos Bancários
São Paulo (SP)

III Congresso Nacional

31 de agosto a 2 de setembro de 2007
São Paulo (SP)



Referências Bibliográficas

PARTIDO DOS TRABALHADORES; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Resoluções de Encontros e Congressos* (1979-1998). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, set. 1998 e 1ª reimpressão set. 1999.

_____. *Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*. Belo Horizonte, Partido dos Trabalhadores, 1999.

_____; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Trajetórias 2ª edição atualizada*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; ROSA LUXEMBURG STIFTUNG. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo: 1979-2002*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Caderno de Formação O PT faz história - 2ª Edição revisada e ampliada*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, jul. de 2003 e 1ª reimpressão mar. de 2005.

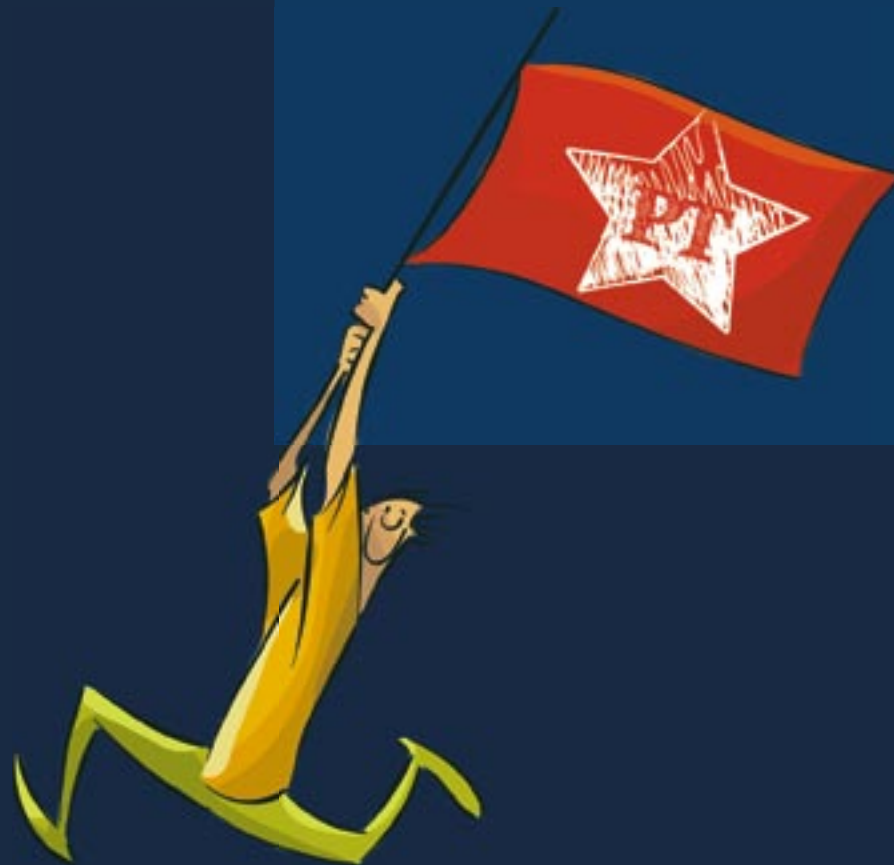
_____. *Resoluções do 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 2007.

_____; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. DVD RUMO AO III CONGRESSO. Daniel Brazil (direção e roteiro); Marlene Rocha e Selma Rocha (textos); Renato Sakata (produção executiva); Gabriela Trama (edição); Lia Ono, Fabiana Peixoto, Renato Sakata (produção). VIATV Comunicação e Cultura, 2007. Vídeos: III Congresso do PT – Introdução; III Congresso do PT – O Brasil que queremos; III Congresso do PT – Socialismo Petista; III Congresso do PT – PT: Concepção e Funcionamento. Disponível em: <http://www.pt.org.br/congresso/conteudo.php?tipo=3>.

_____; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *O modo petista de fazer eleições, caderno 1 - Diretrizes para elaboração do Programa de Governo*. Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral 2008. São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 2008.

_____; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *O modo petista de fazer eleições, caderno 2 – Metodologia e Instrumentos para elaboração de Programa de Governo*. Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral 2008. São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 2008.

REIS, PALHARES MOREIRA. *Revista de Informação Legislativa. Eleições Diretas e Indiretas no Brasil, 1997*. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf/pdf_136/r136-11.pdf. Acesso em: 7 de jun. 2009.





www.pt.org.br



www.fpabramo.org.br